



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
–PPGEduC

PAULO ROBERTO DE SOUZA SANTOS

HISTÓRIA E OUSADIA, RESISTÊNCIA NA PERIFERIA: O
CASO DO QUILOMBO EDUCACIONAL DO OROBU

SALVADOR – BA
2018

PAULO ROBERTO DE SOUZA SANTOS

**HISTÓRIA E OUSADIA, RESISTÊNCIA NA PERIFERIA: O
CASO DO QUILOMBO EDUCACIONAL DO OROBU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da linha de Pesquisa Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

**Orientador: Prof. Dr. Antônio Dias
Nascimento**

**SALVADOR – BA
2018**

TERMO DE APROVAÇÃO

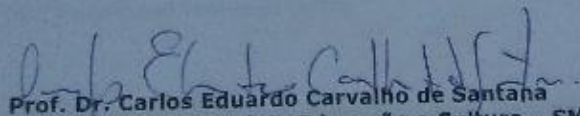
HISTÓRIA E OUSADIA, RESISTÊNCIA NA PERIFERIA: O CASO DO QUILOMBO EDUCACIONAL OROBU

PAULO ROBERTO DE SOUZA SANTOS

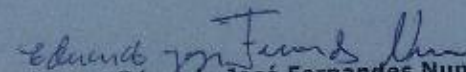
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 31 de outubro de 2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Antonio Dias Nascimento
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Sociologia
The University of Liverpool, LIVERPOOL, Inglaterra



Prof. Dr. Carlos Eduardo Carvalho de Santana
Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Brasil



Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona, UB, Espanha

Santos, Paulo Roberto de Souza.

História e ousadia, resistência na periferia: o caso do Quilombo educacional do Orobú / Paulo Roberto de Souza Santos.-- Salvador, 2018.

108: 6.

Orientador: Antônio Dias Nascimento

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia.

Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, 2018

1. Quilombo educacional. 2. Resistência. 3. Emancipação. 4. Movimento social. I. Nascimento, Antônio Dias II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I.

CDD: 370

A minha mãe Gedalva Maria: exemplo de mãe e de mulher, o mais integro e mais amoroso do seres...és garra, força, sonho, possuis a estranha mania de ter fé na vida, és Maria!

A meu pai: pelos tão valorosos ensinamentos de vida, por me transmitir essa capacidade de se emocionar facilmente.

A minha irmã Ivana de Souza: és carinho, força, sensibilidade, és amor!

A memória de minha avó: Virgilina Sena de Souza, de quem herdei os valores que carrego, minha guerreira, minha referência ancestral.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que se manifesta em todas os elementos da natureza, pela força que levou ao êxito neste trabalho. Por se fazer presente nas pessoas que me cercam.

Ao professor Dr., Antônio Dias Nascimento, nesta caminhada que se iniciou na iniciação científica e seguiu até o mestrado, agradeço por toda a paciência e compreensão, traduzidas nos ensinamentos, nas palavras de incentivo e nos necessários “puxões de orelha”.

A banca de defesa, que me acompanhou desde a qualificação, professor doutor Eduardo José Fernandes Nunes e o professor doutor Carlos Eduardo Carvalho de Santana. Grato pelas orientações e indicações de leitura que tanto contribuíram na pesquisa.

Ao professor Dr., Luciano Costa Santos, sua serenidade e sabedoria se traduzem nesse cuidado com outro que é sentido por todos que convivem com sua pessoa.

Ao meu querido grupo de pesquisa, formado essencialmente por mulheres de fibra pela solidariedade, coletividade e a latente preocupação em caminhar junto. Tenho muito orgulho de fazer parte de tão valoroso grupo. Em especial a Flávia Lorena pela disponibilidade de acompanhar tão de perto e por contribuir com tão relevantes sugestões.

A turma 2016.1, pela troca de aprendizagem e pela disponibilidade em ajudar sempre. Em especial aos colegas da linha três (meu povo) obrigado pelo apoio.

A minha família, meus pais Gedalva Maria e Ivo de Oliveira e minha irmã Ivana de Souza, vocês são meu alicerce. As palavras de incentivo, as preces e a paciência, mas principalmente o amor incondicional.

A Luciana Bahia, pelo incentivo e cumplicidade, desde o abraço que comemorou meu ingresso na UNEB ainda para a graduação até a finalização desse projeto.

Aos meus amigos, estes que partilho todos meus anseios e angustias, são mais um dos presentes que o Quilombo do Orobu me deu e quero carregar pra toda a vida.

Aos entrevistados(as):

Um agradecimento especial aos sujeitos da pesquisa, os participantes diretos como entrevistados (as). **Eliane Moreira, Fábio José, Jailton Aleluia, Licia Rodrigues, Márcio**

Matos, Vanessa Coelho e Viviane Marcelina. Obrigado pela gentileza e disponibilidade e compartilhar suas histórias de vida associada associadas a história do Quilombo do Orobú. Gratidão por representarem tão bem o espírito de coletividade que é marca do curso. Ubuntu! Aos que contribuíram diretamente com a pesquisa, bem como a todos (as) que compõem a família do curso popular de pré-vestibular Quilombo do Orobú.

Muito Obrigado!

Almirante negro (Mestre sala dos mares)

Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo marinheiro
A quem a história não esqueceu

Conhecido como Almirante Negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala
E ao acenar pelo mar, na alegria das fragatas
Foi saudado no porto pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mulatas

Rubras cascatas jorravam das costas
dos negros pelas pontas das chibatas
Inundando o coração do pessoal do porão
Que a exemplo do marinheiro gritava – não!

Glória aos piratas, às mulatas, às sereias
Glória à farofa, à cachaça, às baleias

Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esquecemos jamais

Salve o Almirante Negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais
Mas faz muito tempo...

(João Bosco e Aldir Blanc)¹

¹Versão original composta em 1973 teve sua letra alterada pelo regime militar.

RESUMO

O presente estudo propõe-se a analisar os processos educativos implementados pelo Quilombo Educacional do Orobu, tendo como enfoque a experiência do curso popular de pré-vestibular, desenvolvido desde o ano 2000. Inspirado nas fontes de resistência que foram os quilombos históricos, este atua na contemporaneidade como agente de transformação. Seus processos podem ser percebidos na proposta destes projetos, com uma pedagogia diferenciada, buscando a inserção de jovens da periferia na universidade. Esta pedagogia, inspirada nos pilares da educação popular, tem como um dos principais pontos o trabalho de cidadania e consciência negra, presente nos quilombos como disciplina curricular. Buscando contar esta história de dezoito anos, foram realizadas entrevistas com egressos do projeto que cursaram em períodos diferentes, destes, (as) alguns (as) retornaram e atualmente são professores (as) no curso. A pesquisa se deu na modalidade de estudo de caso com as etapas de entrevistas e observação participante entre maio de 2017 e julho de 2018. Na fundamentação teórica desta pesquisa destacam-se autores como Adorno (2010), André (2013), Bacchetto (2003) Freire (2015), Gohn (2006), Moura (1986) e Reis (1995). Como resultados obtidos, concluímos que o trabalho desenvolvido, ou seja, o processo educativo dos quilombos educacionais, em especial do Quilombo do Orobu, cumpre sua missão de ser muito mais que um pré-vestibular, proporcionando formação e conscientização para a vida.

Palavras-chave: Quilombo Educacional, resistência, emancipação, movimento social,

ABSTRACT

The present study proposes to analyze the educational processes implemented by Quilombo Educacional of the Orobú, focusing on the experience of the popular pre-vestibular course, developed since 2000. Inspired by the sources of resistance that were the historical quilombos, in the contemporaneity as agent of transformation. Their processes can be perceived in the proposal of these projects, with a differentiated pedagogy seeking the insertion of young people from the periphery in the university. This pedagogy inspired by the pillars of popular education has as one of the main points the work of citizenship and black conscience present in quilombos as a curricular discipline. Looking to tell this story of eighteen years were conducted interviews with project graduates who attended different periods, some of them returned and are currently teachers in the course. The research was carried out in a case study modality with the stages of interviews and participant observation between May 2017 and July 2018. The theoretical basis of this research are: Adorno (2010), André (2013), Bacchetto (2003), Freire (2015), Gohn (2006), Moura (1986) and Reis (1995). As results obtained, we conclude that the work carried out, that is, the educational process of Quilombo of the Orobú educational quilombos, fulfills its mission of being much more than a pre-university entrance exam, providing training and awareness for life.

Keywords: Quilombo Educacional, Resistance, Emancipation, social movement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEAO	Centro de Estudos Afro Orientais
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEDURB	Comissão de Desenvolvimento Urbano
CEDURB	Comissão de Desenvolvimento Urbano
CCN	Cidadania e Consciência Negra
CIA	Centro Industrial de Aratu
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EDUCAFRO	Educação para Afrodescendentes e Carentes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FOQUIBA	Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JACA	Juventude Ativista de Cajazeiras
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MAFRO	Museu Afro-Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
MVI	Mortes Violentas Intencionais
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização da Nações Unidas
PJMP	Pastoral da Juventude e Meio Popular
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Figura 1	Foto com vista aérea de todo o bairro de Cajazeiras	63
Figura 2	Foto do comércio de Cajazeiras, shopping e grandes lojas de rede	64
Figura 3	Foto do comércio de rua em Cajazeiras	65
Figura 4	Foto da fachada da ONG Casa do Sol que sedia o Quilombo do Orobu	67
Figura 5	Foto do símbolo do Curso Quilombo do Orobu, construção coletiva	69
Figura 6	Foto da camisa do curso contendo a frase usada como slogan, construção coletiva.	70

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	PERCURSO METODOLÓGICO	21
2	RELAÇÃO COM O OBJETO	24
2.1	PROSSEGUINDO COM A PESQUISA	26
3	EDUCAÇÃO, ESPAÇOS E RESISTÊNCIA	32
3.1	PRÁTICAS EDUCATIVAS LIBERTÁRIAS	33
3.2	CIDADANIA, ACESSO E NEGAÇÃO	34
3.3	EDUCAÇÃO E MOVIMENTO SOCIAL	37
3.4	ESPAÇOS EDUCACIONAIS NÃO FORMAIS – RESISTÊNCIA CONTEMPORÂNEA	40
3.5	LUTA, COTAS, INSERÇÃO E REPARAÇÃO	41
4	QUILOMBOS ONTEM E HOJE - LUTA HISTÓRICA, INSPIRAÇÃO CONTEMPORÂNEA	44
4.1	CONTEXTUALIZANDO QUILOMBOS HISTÓRICOS	44
4.2	AQUILOMBAMENTOS EM TERRAS BRASILEIRAS	45
4.3	QUILOMBOS - LUTAS CONTEMPORÂNEAS	47
4.4	COMUNIDADES REMANESCENTE E EDUCAÇÃO	49
4.5	QUILOMBOS EDUCACIONAIS - TOMANDO A CIDADE PELO VIÉS EDUCACIONAL - DO ENGENHO A UNIVERSIDADE	51
5	PERIFERIA - PARA ALÉM DA QUESTÃO GEOGRÁFICA	55
5.1	CAJAZEIRAS LÓCUS DA PESQUISA: DO BURACO DO TATU AO BAIRRO PLANEJADO	60
5.2	CAJAZEIRAS, RECONTANDO SUA HISTÓRIA.....	61
6	RESISTÊNCIA E OUSADIA: FORMANDO PARA A VIDA	68

6.1	DA DENOMINAÇÃO SIMBOLOGIA	68
6.2	PROTAGONISMO E COLETIVIDADE	75
6.3	O LEGADO DE ZEFERINA	77
6.4	RECRIANDO CAMINHOS, TRANSFORMANDO VIDAS	79
7	CONSIDERAÇÕES	85
	REFERÊNCIAS	88
	ANEXOS	

O escravo, no entanto, se, de um lado,
era apenas coisa, do outro lado era ser.

Por mais desumana que fosse a
escravidão, ele não perdia, pelo menos
totalmente, a sua interioridade humana.
E isto era suficiente para que, ao querer
negar-se como escravo, criasse
movimentos e atitudes de negação ao
sistema.

(Clóvis Moura)

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe-se a analisar os processos educativos implementados pelo Quilombo Educacional do Orobu, tendo como enfoque a experiência do curso popular de pré-vestibular, desenvolvido desde o ano 2000.

O trabalho desenvolvido por estes movimentos denominados de Quilombos educacionais configura-se como potencial fonte de pesquisa e reflexão sobre sua atuação enquanto espaço voltado para uma educação que contribui para a construção de novas sociabilidades, transformando a realidade dos que fazem parte direta e indiretamente. Atuando como espaços não formais de educação, estes cursos populares contribuem para a inserção na universidade de um público majoritariamente formado por jovens moradores de comunidades afetadas pelo tráfico e violência e, portanto, em situação de vulnerabilidade social.

Os Quilombos educacionais buscam ajudar a juventude da periferia a ingressar na universidade. Por sua pedagogia diferenciada, categorizam-se como espaços de educação libertadora, embora não sejam formalizados como escolas. Segundo Gohn (2006), na educação não formal, “os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais.” (GOHN, 2006, p. 29).

A história da humanidade possui como um dos seus registros mais cruéis de desumanização a escravização de pessoas e de grupos étnicos. No Brasil este triste capítulo histórico se deu com o povo negro vindo de África, que durou mais de dois séculos de dominação. Como forma de reação ao regime escravocrata uma das principais, senão a maior

delas, foi o surgimento dos quilombos, locais onde os escravos se refugiavam após a fuga dos engenhos e fazendas, entre o período colonial e imperial do Brasil.

Neste apanhado histórico é válido ressaltar que o termo foi reinventado no Brasil, pois em África a palavra *Kilombo*, da qual muito provavelmente originou-se Quilombo, fazia referência a uma sociedade iniciática de jovens guerreiros *mbundu*¹ adotada pelos invasores jaga, estes formados por gente de vários grupos étnicos desenraizada de suas comunidades(REIS, 1995-1996)².

Por si só a existência de um local como um quilombo com tamanha organização social e ainda dotada de estratégias militares de defesa, pode ser considerada revolta, como afirma João Reis. Escravizados aquilombados, organizados podia ser considerada uma revolta, esta visava mudança e resistência. Segundo Reis (1995/1996), a revolta podia reivindicar mudanças específicas ou a liberdade definitiva, e esta, para grupos específicos ou para os escravos em geral.

Esta estratégia de resistência passou a ser a versão literal socialmente assumida pela historiografia brasileira da ideia de Quilombo. No entanto, se não é esta a palavra que melhor o define, é a que ficou como marca histórica desses espaços que abrigavam negros escravizados fugidos dos engenhos e das atrocidades lá praticadas contra eles. Assim, o Quilombo Educacional Orobú, representa uma resistência e enfrentamento através do conhecimento, da educação, conscientizadora e emancipatória.

Os quilombos representaram mais do que lugares que serviram de esconderijo, reduto de negros fugidos, não eram um conglomerado de negros “bárbaros” (MOURA, 1981). Para além disto, formavam comunidades. Havia estrutura social, religiosidade, economia e divisão de propriedades eram organizadas.

Sua subsistência era através da agricultura, que em grande parte deles era diversificada, uma policultura diferentemente dos engenhos. Cultivavam para o sustento de cada família e incentivavam a troca do excedente entre os vizinhos, promovendo um trabalho solidário. Clóvis Moura (1981) citando Duvitilano Ramos conclui que, os quilombolas repudiavam o sistema de latifúndios e por isso adotavam pequenos roçados, era a base econômica da família

² Os Mbundu são um grupo étnico bantu que vive em Angola, na região da sua capital Luanda e, em grande parte, do centro do país. São o segundo maior grupo étnico angolano.

livre com doação do excedente para o Estado. “Havia entre os seus habitantes toda sorte de artifícios. Um aldeamento progressista.” (RAMOS apud MOURA, 1981p.37).

É com inspiração na revolta e no enfrentamento dos antepassados que surgem os chamados quilombos educacionais nas periferias de Salvador. Espaços de resistência na contemporaneidade que se organizam em busca de alguns objetivos, sendo um dos principais possibilitar à juventude oriunda da periferia adentrar o espaço acadêmico, além de conscientizá-la do seu papel social na construção de uma sociedade igualitária.

Oferecendo uma educação que visa conscientizar, trabalhando aspectos como, as relações de gênero, raça e a ressignificação do sentido de cidadania, os Quilombos educacionais possibilitam ao estudante atuar como sujeito, intervindo em seus lugares de convivência. Funcionam em sistema de autogestão e tem sua estrutura organizativa baseada no voluntariado.

A grafia Orobu homenageia os antepassados e refere-se à ave urubu. É dessa forma que se encontra escrito nos relatos de documentos oficiais sobre a destruição do Quilombo do século XIX. Informação esta, encontrada nos estudos de Walter Passos(1996).

A presente pesquisa foi desenvolvida na cidade de Salvador, no curso popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu localizado no bairro de Cajazeiras V. Procuramos, por meio de visitas à organização, entrevistar alunos e professores que vivenciam e fazem parte de tal experiência, no período entre julho de 2017 e julho de 2018, contribuindo, dessa forma, com o levantamento de dados e informações sobre a prática do Quilombo e seus reflexos na vida dos que passaram e dos que ainda lá estão.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, que recorreu à metodologia de estudo de caso, para pesquisar sobre o papel do quilombo educacional do Orobu como espaço de formação que possibilita aos sujeitos, através de uma educação de base libertadora, tornarem-se sujeitos ativos e participativos.

Para tanto, foi necessário após debruçar-se sobre as leituras pertinentes ao tema, partir para o campo onde a pesquisa se concretiza. Realizei seis entrevistas com estudantes egressos, entre estes, três voltaram ao projeto para dar sua contribuição como docentes. E ainda uma entrevista com um professor que está no projeto desde o ano de 2001, ou seja, no segundo ano de funcionamento, portanto totalizando sete entrevistados. A análise documental foi realizada através dos seguintes documentos: estatuto, regimento interno, os princípios de estudo solidário e o PPP - Projeto Político Pedagógico em construção.

Para a escolha dos entrevistados (as) segui o critério de estudantes que passaram pelo quilombo em épocas diferentes tentando assim perceber os resultados do trabalho realizado. Períodos, conjunturas e circunstâncias diversas que tentam dar conta de parte dos dezoito anos de história. Levei em consideração também entre os escolhidos nessa etapa alguns que fizeram o caminho de volta, ou seja, após entrar na universidade retornaram como docente ratificando a ideologia quilombola.

A pesquisa representada por esta dissertação está dividida em seis capítulos. O primeiro é o “percurso metodológico”, que aborda os caminhos delineados nesta pesquisa, a metodologia utilizada e a fundamentação teórica que justifica a escolha pelo estudo de caso.

No segundo, a relação com o objeto de pesquisa, minha imbricação com o tema, com a organização e com os sujeitos desta pesquisa do qual sou partícipe.

No terceiro capítulo, “Educação, espaços(movimentos sociais) e resistência”, apresenta conceitos da educação, relacionando-os com as categorias de emancipação, movimentos social e resistência, todas presentes na organização pesquisada.

O quarto capítulo resume a história dos quilombos no continente africano, sua representação no Brasil. Retrata a leitura atual de quilombos como as comunidades remanescentes e as condições nas quais se encontram. Bem como os quilombos educacionais como representação destes na contemporaneidade.

No quinto capítulo discute-se o conceito de periferia, demonstrando, através de dados estatísticos, o abandono do Estado com estas áreas que concentram a maioria da população nas grandes cidades. Apresenta também as transformações no bairro de Cajazeiras, periferia de Salvador e lócus desta pesquisa.

O sexto capítulo apresenta a história do curso popular quilombo do Orobu. Através de depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas, este capítulo busca trazer o porquê esse projeto se configura como um objeto de pesquisa de relevância social. Nele, aparecerão as histórias de vida que mudaram a partir do contato com o referido curso popular.

Nas considerações desta dissertação apresento os resultados obtidos, retornando ao objetivo geral proposto na pesquisa. Recomendo novas pesquisas que ampliem as discussões sobre educação, movimentos sociais e projetos populares. Visando, assim, chamar a atenção para os cursos populares denominados de quilombos educacionais.

Portanto, os cursos populares de pré-vestibular quilombos educacionais e, em especial, o Quilombo do Orobu, demonstra ser potencial fonte de pesquisa pela relevância e concretude

do trabalho desempenhado e que vem contribuindo para uma mudança no perfil da universidade.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo será abordado o caminho percorrido fundamentado pela metodologia escolhida nesta pesquisa, o estudo de caso. Metodologia esta que se aplica bem ao trabalho realizado no Quilombo do Orobu. Por se tratar de um espaço de educação localizado em um bairro de periferia, voltado para a inserção de jovens deste ambiente na universidade, a pesquisa neste quilombo corrobora com o que afirma Marli André: “[...] se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos”. (ANDRÉ, 2013, p. 97).

Na pesquisa em questão sou partícipe direto, afinal, fui estudante, membro da coordenação e atualmente membro do conselho deste projeto e fui convidado ao longo deste processo a vê-lo de um outro lugar, com outro olhar. No entanto, mesmo com o rigor da pesquisa acadêmica, falei como alguém que reconhece seu lugar de pertencimento.

Realizar a pesquisa no Quilombo do Orobu é um reencontro com a minha trajetória, é revisitar a história da minha formação vivenciada de forma intensa. É prazeroso e desafiador falar quando se está diretamente envolvido, se ver também como sujeito de pesquisa.

O envolvimento, as constatações e as descobertas reveladas pela pesquisa, o ser pesquisador e sujeito desta, ou seja, um observador e participante. São situações proporcionadas pela ação de pesquisar, encontrar-se com o objeto e com os sujeitos envolvidos. Uma relação mútua de aprendizados e ensinamentos, uma troca, como descreve Freire:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino, porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 2015, p. 30-31)

A trajetória em busca do objeto de pesquisa exige entrega e disponibilidade, é preciso uma aproximação real, ir a campo para conhecer e desprender-se de pressupostos. Assim, é possível uma intervenção que gere um aprendizado mútuo que seja de fato um processo de retroalimentação.

Segundo Flick (2008), a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida, buscando a dissolução de velhas desigualdades sociais. Até o presente momento tem sido essa a tarefa, uma aproximação do objeto de pesquisa buscando o entendimento dessa pluralidade que costura as relações sociais envolvidas.

O contato com o universo da pesquisa surge ainda na graduação por conta do programa de Iniciação Científica. Neste me aproximei da temática de juventude e, mais especificamente, jovens em situação de vulnerabilidade social, num projeto intitulado Jovens sem vez e sem voz.

Já neste período, chamou a atenção o nível de organização dos grupos de jovens envolvidos em atividades culturais, e com destaque para o movimento hip hop que se apresentou na pesquisa como um grande agregador de grupos juvenis constituídos nas periferias da Cidade de Salvador.

Após o contato com a pesquisa durante a graduação, fui despertado para a continuidade neste universo. O compromisso social e a possibilidade de contribuir diretamente para algo que gerasse um retorno aos envolvidos me motivou a dar continuidade, assim, nasce a ideia de pesquisar sobre os cursos populares de pré-vestibular.

A minha ligação direta com o movimento destes cursos denominados quilombos educacionais determinou a escolha destes como objetos da pesquisa a ser desenvolvida. Desde o ano de 2003 conheço o trabalho destes cursos, mas somente a partir de 2007 me tornei integrante de um quilombo.

O trabalho com o Quilombo do Orobu me proporcionou contato com outros projetos nos mesmos moldes. Durante um ano fui o representante do Orobu no Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia, o FOQUIBA, e pude conhecer de perto outros cursos populares e pessoas ligadas a eles.

A ideia inicial era pesquisar os quilombos educacionais da cidade de Salvador, ressaltando a importância destes no acesso de jovens negros e negras da periferia à universidade. No entanto, era preciso delimitar o universo da pesquisa e, pela minha aproximação com o movimento dos quilombos educacionais, decidimos destacar a relevância do trabalho destes cursos partindo do Quilombo do Orobu.

Diante dessa escolha, delineou-se o estudo, a análise de um projeto em particular. Buscando perceber as dinâmicas que o envolvem e as relações construídas com os sujeitos partícipes.

2 A RELAÇÃO COM O OBJETO

A minha relação com este objeto de pesquisa está intimamente ligada ao caminho percorrido desde a decisão tomada ainda no ensino médio sobre a área do conhecimento para a qual iria me dedicar até a especialização. Passando pelas experiências marcantes nessa trajetória, como a participação no programa de iniciação científica da Uneb, atuação no centro acadêmico de Relações Públicas e minha ligação com um projeto que mudou minhas concepções de mundo, o Quilombo do Orobu.

Filho de Gedalva Maria de Souza e Ivo de Oliveira Santos, nasci em Taperoá, município localizado no baixo sul da Bahia. Apesar de vir para Salvador com menos de um ano, passei grande parte da minha infância nesta pequena cidade de aproximadamente vinte mil habitantes. Entre os cinco e os quinze anos passava lá todos os feriados além das férias escolares, tendo assim, chance de conviver com os hábitos saudáveis de uma infância no interior.

Minha, mãe natural de Taperoá e meu pai natural de Santo Estevão, se conheceram em Salvador onde vieram terminar os estudos, ou seja, concluir o segundo grau, pois, em suas cidades de origem só podiam estudar até o ginásio. Vieram também em busca de trabalho, movidos pelo sonho de que na capital a vida seria mais fácil.

Estudei as séries iniciais bem como o ensino fundamental no bairro de Cajazeiras, periferia de Salvador. Tendo sido da 1ª a 8ª série na mesma escola. Atribuo a este fator o grande sentimento de pertença que possuo pela localidade. Acompanhei seu crescimento e as mudanças decorrentes deste, como a ocupação desordenada que tomou conta do bairro.

Ainda no ensino médio comecei a perceber minhas aptidões e minha inclinação para as questões sociais. No segundo ano, por conta de um seminário, tive acesso a informações sobre a Comunicação Social e desde então decidi por esta área do conhecimento. Foi também neste período que entrei para o movimento estudantil, fazendo parte do grêmio do Colégio Estadual da Fonte Nova, fato este que me proporcionou momentos de muito enriquecimento que aguçaram meu gosto pelas lutas sociais.

Após concluir o ensino médio aceitei uma proposta de trabalho e só voltei a estudar 5 anos depois. Foi quando no ano de 2007 conheci o Curso popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu. Um Projeto que visa ajudar os jovens da periferia, especificamente Cajazeiras e

adjacências, a alcançar o sonho da universidade. Foi neste espaço que encontrei minha essência, fui aluno, coordenador e hoje conselheiro.

No Quilombo do Orobu agucei meu senso crítico, ganhei consciência de raça e gênero e, acima de tudo, iniciei um trabalho como educador social. A formação política, voltada para a cidadania e o compartilhamento do conhecimento sem hierarquizá-lo trouxe a admiração pelo projeto. Professores, coordenadores e conselheiros, todos voluntários, em torno de uma busca por ajudar o outro.

As experiências vivenciadas no Quilombo foram forjando a admiração pela docência, professores que contagiavam e inspiravam o amor pela profissão. A preparação das atividades do curso, como planejamento anual, desde o processo seletivo até a semana pedagógica, preparação de seminários, simulados e atividades transdisciplinares, foram se tornando atividades prazerosas. Aliado a tudo isso, os momentos com os alunos em discussões sobre conjuntura política e econômica. Considero que começa aí a inclinação para a escolha futura.

No ano de 2009 ingressei na Universidade do Estado da Bahia, como aluno do curso de Comunicação Social – Relações Públicas. Durante o curso reafirmei a certeza de que tinha feito a escolha certa, pude perceber ao longo dele a aproximação das Relações Públicas com o lado verdadeiramente social da comunicação.

Foi no segundo semestre, no entanto, que veio a aproximação de fato com a atividade acadêmica. Neste período, junto com dois colegas de turma, passei a fazer parte de um grupo de pesquisa no qual permaneci por dois anos. Através do projeto do professor Antônio Dias Nascimento intitulado “Jovens sem vez e sem voz” construímos nossos subprojetos que nos proporcionaram riquíssimas experiências.

Por conta do trabalho neste grupo de pesquisa conheci mais sobre Academia, aprendi a valorizar e reconhecer a pesquisa como base da vida acadêmica. Por meio desta tive a chance de participar por dois anos consecutivos da Jornada de Iniciação Científica da UNEB, onde pude experimentar o que é apresentar um trabalho para uma banca. Esta etapa de minha formação contribuiu de forma decisiva para a escolha pela carreira docente universitária.

No segundo semestre de 2013 tive a chance de cursar duas disciplinas como aluno especial no PPGEDUC – Programa Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, o que reafirmou minha escolha pelo mundo acadêmico. Pude conviver de perto com o que

buscava. Após esta experiência senti a necessidade de buscar uma complementação pedagógica para minha formação de Bacharel em comunicação Social. Daí veio a decisão por uma especialização em Metodologia.

Em outubro de 2013 ingressei na Faculdade Dom Pedro II para cursar uma especialização em Metodologia e docência do ensino superior. A busca por este curso visa sanar uma lacuna para quem não estudou licenciatura e ajudar na preparação para a seleção de mestrado.

Em se tratando de experiência profissional, tive a chance de estagiar um ano e meio na Assessoria de Comunicação da ECT – Empresa brasileira de Correios e Telégrafos onde experimentei a parte prática do muito que aprendi na graduação. Além de poder aplicar técnicas de comunicação, até então vistas em teoria, pude conviver com um ambiente que me proporcionou integração com trabalhos sociais dentro da empresa. Campanhas beneficentes, coral solidário, teatro, entre outros.

Mas, o trabalho que desempenho e que me aproxima da carreira docente é o desenvolvido no pré-vestibular popular Quilombo do Orobu. Contato com demandas administrativas, mas essencialmente o com o partilhar conhecimento na sala de aula.

Ao discorrer sobre minha trajetória, tracei de forma resumida um perfil que conta um pouco da minha história, relatando fatos relevantes para a minha escolha pelo Mestrado desta instituição no referido programa.

Acredito na sala de aula como espaço de transformação e ao buscar o ingresso neste Mestrado, busquei uma formação que me daria possibilidade de melhor qualificado, ajudar a mudar a realidade sócio educacional no local onde convivemos, para posteriormente chegar a mudança em níveis estadual, regional e nacional.

2.1 PROSSEGUINDO A PESQUISA

No processo de definição do objeto realizei uma busca no banco de teses da CAPES onde foi possível observar que o termo quilombo aparece majoritariamente associado ao sentido histórico como lugar de refúgio de escravizados, ou a comunidades remanescentes destes lugares onde o povo negro resistiu bravamente.

Diante do resultado dessa busca foi possível perceber que a nomenclatura de quilombo educacional é utilizada somente em contexto baiano. Podemos observar em publicações pelo Brasil que, para denominar estes projetos de educação popular os termos normalmente utilizados são cursos populares ou comunitários de pré-vestibular.

O resultado dessa busca pode ser visto na tabela a seguir:

AUTOR(A)	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
Clóves Alexandre de Castro.	Cursinhos alternativos e populares: Movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Presidente Prudente
Camila Zucon Ramos de Siqueira	Os cursinhos populares: estudo comparado entre MSU e EDUCAFRO-MG	Universidade Federal de Viçosa
Daniele do Nascimento	Política de acesso ao ensino superior: uma análise dos cursinhos pré-vestibulares da Unesp	Universidade Estadual paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília
Claudia Oliveira Souza	O acesso à universidade e o destino social de ex-alunos de cursinhos populares	Universidade Estadual de Campinas
Fernanda Furtado Camargo	Cursinhos pré-vestibulares populares e o caso da Unesp: alguns condicionantes à sua criação e transformação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara
Vitor Hugo Costa Carvalho	Limites e possibilidades de uma proposta de gestão coletiva: cursinho popular da unesp-Franca	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara
Clóves Alexandre de Castro.	Movimento Socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito a cidade	Universidade Estadual de Campinas
Leandro Silva de Oliveira	Paradoxos e desafios do ensino superior no Brasil: A Experiência dos Cursinhos Populares	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara
Ricardo Luiz da Silva	Educadores sociais em	Universidade Federal do estado do

Fernandes	comunidades populares - Um estudo de caso no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Sheila Novaes Rêgo	Os professores de história dos cursinhos pré-vestibulares de Fortaleza: Cartografia da Trama das Relações de Saber e Poder	Universidade Estadual do Ceará

No entanto, são os aspectos que aproximam estes cursos que serão considerados, a relação com os pressupostos da educação popular, as questões de gênero e, principalmente, o recorte racial. A presença das discussões sobre a cidadania atrelada a consciência de raça é trabalhada de forma interdisciplinar, embora exista no currículo uma disciplina regular presente em todos os quilombos educacionais, chamada de CCN – Cidadania e Consciência Negra.

Um quilombo educacional desenvolve um trabalho que vai para além do ingresso na universidade, o propósito é contribuir para a formação que desenvolva o senso crítico, trabalhando aspectos como solidariedade, cidadania e pertencimento, visando que estes sujeitos se tornem agentes de transformação nos lugares que ocuparem.

Toda a estrutura do curso é baseada no trabalho voluntário, sendo este protagonizado pela juventude e o funcionamento é mantido com autogestão. Por esta realidade encontrada, esta pesquisa configura-se como qualitativa, pois, segundo André:

As abordagens qualitativas de pesquisas se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. Assim o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. (ANDRÉ, 2013, p. 99)

A lógica destes projetos é contribuir para modificar a realidade que circunda a juventude negra e periférica. Realidade que está geralmente ligada à falta de perspectiva de um futuro. Ao ter como premissa instrumentalizar essa juventude para que passe a acreditar que é capaz de romper as barreiras impostas, o caso do Quilombo do Orobu justifica-se como estudo relevante.

Para investigar a atuação do curso popular e justificar a efetividade do trabalho desenvolvido foi realizada análise documental. Aconteceram também visitas frequentes e

observação participante em vários momentos como: aulas regulares, reuniões dos conselhos e recepção de novos estudantes.

O cumprimento destas etapas exige aproximação e entrega, um encontro com a pesquisa e os envolvidos. No estudo de caso o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações (ANDRÉ, 2013). Deste modo evidencia-se o acerto na escolha da metodologia que baliza a pesquisa, o empirismo e o cumprimento das várias fases do estudo.

Segundo Yin (2005), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

No decorrer da pesquisa recorria trabalhos capazes de fornecer elementos para a reflexão sobre educação, juventudes, movimentos sociais dentre outros. Assim, foram utilizados autores como Freire (2015), Bauman (2001), Dayrel (2002), Gohn (2006) dentre outros. Para coletar os dados foram utilizadas também técnicas de observação buscando a interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

Realizei diversas visitas ao projeto, estas se deram em vários momentos distintos como, aulas regulares, palestras e reuniões dos conselhos que gerem o curso, reuniões pedagógicas reuniões do grupo que se dedica para a construção do PPP do qual faço parte ativamente.

Consegui, nesse tempo, acesso a alguns documentos como o regimento interno, o estatuto e outro chamado de princípios de estudo solidário. Segundo Bassey (2003) (apud ANDRÉ 2013), existem três grandes métodos de coleta de dados nos estudos de caso: fazer perguntas, observar eventos e ler documentos.

Nesta pesquisa foram observados aspectos do perfil de egressos e também de estudantes em curso, ou seja, buscou-se investigar a importância da formação que se dá neste espaço na vida dos sujeitos envolvidos. As informações foram coletadas através de visitação, entrevistas com estudantes egressos e professores.

Foram realizadas entrevistas com representantes dos segmentos citados, buscando investigar como o Quilombo do Orobu influencia a vida dos sujeitos envolvidos, suas relações familiares, acadêmicas e comunitárias. Segundo André, documentos são muito úteis nos

estudos de caso porque complementam informações obtidas por outras fontes e fornecem dados para triangulação dos dados. (ANDRÉ, 2013).

As sete entrevistas realizadas seguiram perguntas norteadoras e tiveram duração de aproximadamente trinta minutos cada. Estas serviram de guia para os entrevistados, assim foi possível deixar fluir a espontaneidade. Dando liberdade de opinião, conduzindo de forma, a saber, quando interromper, mas sem ser abrupto, provocando os próximos questionamentos.

Os exemplos citados de como foram conduzidas as entrevistas corroboram com o que, Segundo YIN (2004), é o tipo de entrevista focal, na qual o respondente é entrevistado por um curto período, de no máximo uma hora. Nesses casos, as entrevistas ainda são espontâneas e assumem o caráter de uma conversa informal, mas, você, provavelmente, estará seguindo um certo conjunto de perguntas que se originam do protocolo de estudo de caso. (YIN, 2004, p. 92).

Com relação aos entrevistados, entre os escolhidos estão: Jailton Aleluia, 44 anos, professor de história e o único docente que nunca se desvinculou do curso, está presente desde o ano de 2001. Eliane Moreira, 34 anos, estudou no curso nos anos de 2002 e 2003 e teve contato com os membros fundadores. Lícia Rodrigues, 68 anos, foi aluna do curso entre 2006 e 2008, voltou a estudar depois dos 50 anos e encontrou no quilombo a porta para a realização do seu sonho de entrar numa faculdade.

Vanessa Coelho 19 anos, estudou entre os anos de 2015 e 2016, atualmente estuda ciências sociais na Universidade federal da Bahia de no ano de 2018 retornou como professora de sociologia. Marcio Matos, 35 anos, estudou entre os anos de 2005 e 2008, está prestes a se formar em Física também na UFBA e dá aula dessa disciplina no curso desde 2011, tendo se afastado entre 2015 e 2016.

Fábio José, 35 anos, foi aluno entre 2004 e 2007, fez parte da coordenação em 2005 e permaneceu até 2011 como colaborador direto, atualmente participa em momentos especiais, eventos e mobilizações.

Viviane Marcelina, 28 anos, frequentou o curso no ano de 2009. Formou-se em letras na UNEB e entre os anos de 2012 e 2013 atuou como docente de literatura no curso.

Esse processo de retroalimentação, comprovado pela trajetória destes estudantes que retornam para contribuir com o projeto, por si só já justificaria a relevância da pesquisa. No

entanto, ressalto O papel do curso popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu na formação de consciência crítica, social e cidadã, o que aparecerá ao longo da pesquisa no detalhamento dos diferenciais deste curso popular, bem como nos depoimentos colhidos através das entrevistas realizadas.

Nestas entrevistas foi possível perceber os desdobramentos dos processos educativos do Quilombo do Orobu. Discursos de cidadãs e cidadãos críticos, conscientes, e atuantes, e que atribuem estas características a formação recebida no curso. Uma pedagogia do despertar para a solidariedade, o tornar-se sujeito ativo, a tomada de consciência tão peculiar à educação popular que encontra em Paulo Freire seu principal expoente.

3 EDUCAÇÃO, ESPAÇOS E RESISTÊNCIA

Este capítulo aborda a importância do ato educativo relacionando educação, emancipação e resistência. Estas categorias associadas convergem para que se alcance a educação da esperança, que torna o sujeito autônomo, que mantém acesa a chama da utopia. Esta convergência que se encontra concretizada num movimento social contemporâneo, um quilombo educacional.

A educação deve ser um ato que leve a emancipação, uma educação que liberta e conscientiza. O ato de educar, baseado no diálogo, um encontro respeitoso entre educador e educando. Assim, se concretiza uma concepção de um processo educativo que se dá na troca. Uma educação transformadora e baseada na esperança.

Assim é o processo educativo num quilombo educacional, há um compromisso com essa educação que transforma vidas através da resistência, que se encontra na contra hegemonia. O ato de resistir encontra inspiração nas experiências quilombolas dos antepassados, esta é ressignificada na contemporaneidade.

Luta e resistência contrapõem o que está posto, divergem e reagem a educação “bancária”³ que predomina principalmente nos ditos espaços formais. O dinamismo do processo é de recusa do existente pela via da contradição e da resistência (ADORNO, 2010).

O Brasil é um país que não prioriza a educação, isto se comprova pela ainda alarmante taxa de analfabetismo, por carência de recursos destinados a esta ou pela baixa remuneração aos profissionais envolvidos, descumpra assim uma premissa constitucional.

Com o descaso com o qual é tratado o sistema escolar no país com um modelo de ensino defasado, e principalmente a escola pública cada vez mais sucateada, tornando-se assim cada vez mais desinteressante para os jovens. Como pode ser constatado em fala de Eliane Moreira:

Ainda hoje a educação tá jogada as traças, a educação escolar não mudou e a escola incentiva a evasão... e a maioria dos responsáveis não se dá conta de que a culpa disso é da própria escola. Ouvi de um jovem, um garoto, que esse blábláblá de todos os dias não diz nada pra ele...e mesmo assim acham

³ Segundo Freire modelo tradicional de educação onde o professor deposita o conhecimento no aluno "desprovido" de conhecimento.

que o problema está neles(ELIANE MOREIRA, depoimento ao autor, 2018).

Faz-se necessário ter esperança. Mas, baseada na luta, como ressalta Freire (2015) “esperança ancorada na prática”. Enquanto ato concreto se associa ao esperar e ao libertar. Fica a cargo dos espaços não oficiais pôr em prática uma educação sem hierarquia e dialógica. Via de regra essa educação encontra-se nos ditos espaços não formais.

É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 2015, p. 25)

3.1 PRÁTICAS EDUCATIVAS LIBERTÁRIAS

O processo de aprendizagem ideal que não separa pela condição de educador ou educando, este reconhece os saberes que cada um carrega consigo. Processo este que vai na contramão de uma sociedade líquida, como pontua Zigmunt Bauman (2001). Tempos marcados pelo individualismo, filhos desse tempo tido por uns como pós-moderno ou para outros uma modernidade tardia. O fato é que, experiências que resgatam a importância do saber popular não são a regra.

Embora não seja a regra uma educação dialógica na escola formal, isso não significa que não existam casos de êxito em meio a um sistema público de ensino muito próximo da falência. Isso pode ser exemplificado por casos de “sucesso” explorados pela mídia quando se utilizam destes para reforçar discursos de meritocracia.

É dessa educação que fala esta pesquisa, é nesse contexto que se inserem os sujeitos envolvidos. São sujeitos que passam a intervir no mundo, através da experiência vivenciada no Quilombo do Orobu tornam-se o que Freire(2015) chamou de sujeito de ocorrência, ou seja, aquele que “não constata para se adaptar mas para mudar”.

As práticas pedagógicas dos Quilombos educacionais estão calcadas na relação dialógica e coparticipativa. A essência do trabalho desenvolvido fundamenta-se na Pedagogia Freiriana. Há no Quilombo o estímulo à participação coletiva. “O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um penso, mas um pensamos” (FREIRE, 1977, p. 66).

Dentro dos Quilombos, o conhecimento é partilhado, busca-se desenvolver a consciência do ser enquanto sujeito atuante, que pode intervir na comunidade em que vive, ou seja, no lugar ao qual pertencem. Falar em comunidade significa falar de fortes laços, de reciprocidades, de sentido coletivo dos relacionamentos. (PERUZZO, 2002, pág. 2).

Os Quilombos educacionais desenvolvem laços comunitários, incentivam a interação e contribuem para o desenvolver do sentido de pertencimento. Num sentimento utópico esse papel seria da escola formal. No entanto, é na pedagogia do quilombo que se encontram essas características de uma educação libertadora, uma educação para a autonomia.

O Quilombo do Orobu é um destes lugares, um espaço não oficial cujos processos educativos transformam a vida dos sujeitos envolvidos. Sou parte desta história, pois faço parte deste projeto há onze anos e, ao longo deste processo vivi uma nova experiência ao me colocar no lugar de pesquisador. Ter o distanciamento necessário a pesquisa, mas sem esquecer que também sou sujeito dela, afinal atribuo a este espaço a formação que influencia diretamente meus posicionamentos e visão de mundo.

Como podemos notar na trajetória de Vanessa Coelho, que de menina tímida e retraída, tornou-se poetisa e educadora.

Eu era muito medrosa, não gostava de falar em público e não confiava em mim, em meu desempenho intelectual[...] Graças a alguns professores, a muito do que aprendi no quilombo, hoje faço parte do coletivo Afro feminino Zeferinas, sou poetisa (VANESSA COELHO, depoimento ao autor, 2018).

Uma transformação na forma de olhar o mundo, de encarar a vida, algo que poderia encontrar na escola. No entanto, Vanessa teve a auto estima negada, o comum a pessoas oriundas das periferias, jovens negras e negros que formam majoritariamente a escola pública.

É fora dessa educação formal, de modelo engessado, são em espaços extra oficiais, fora da tutela do estado, em projetos ousados e resistentes como o Orobu, que percebemos mudanças nas histórias de vida como as dos sujeitos desta pesquisa.

3.2 CIDADANIA: ACESSO E NEGAÇÃO

Em situação de risco ou de vulnerabilidade social, assim é a condição dos moradores de bairros periféricos. Para os moradores destes locais e, principalmente os jovens, as chances de um futuro promissor são poucas ou quase nenhuma. O tráfico de drogas e a violência

imperam com a convivência do poder público. Para completar o quadro do descaso, o modelo educacional está em colapso.

A realidade da escola pública não oferece ao egresso condições de almejar uma vaga no ensino superior. A falta de perspectiva faz com que grande parte desses jovens interrompam a trajetória de estudos em busca do mercado de trabalho e via de regra num subemprego.

No caso nós somos trabalhadores que estudam e não estudantes. Dificilmente você vai ver povo de comunidade que só estuda. A gente não tem isso. Eu trabalho desde os meus 14 anos. Eu completei meu ensino médio trabalhando e... minha mãe criou três filhos sozinha, outra coisa que é da nossa realidade. (ELIANE MOREIRA, depoimento ao autor, 2018).

É notório que permanecem as desigualdades sociais, embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tenha divulgado em 2003 um grande estudo mostrando que, durante o século XX, os indicadores sociais brasileiros mudaram para melhor. Entretanto, as reduções do analfabetismo e da mortalidade infantil, acesso à saúde e saneamento básico, contrastam com o aumento da violência, do consumo de drogas, extermínio de jovens, além de alto índice de trabalho infantil. Torna-se de suma importância ressaltar que, estas melhorias registradas em dados estatísticos por si só não garantem a qualidade nos quesitos citados como fruto dos avanços. Há uma melhora em relação ao passado, porém ainda muito longe do satisfatório.

Pode-se pensar que o Estado cumpre suas funções ao lembrar que existem sistemas públicos de saúde e de educação, por exemplo. Mas o fato é questionar se esses serviços chegam a toda a população. Basta uma breve reflexão para se dar conta de que estamos muito distantes do ideal.

A constituição de 1988 foi um passo de extrema importância para possibilitar ao povo brasileiro um Estado Democrático de Direito, oferecendo aos cidadãos condições iguais e a lei sem distinção de qualquer natureza. Em seu artigo VI descreve como sendo direitos sociais, educação, saúde, segurança, lazer, moradia, proteção à infância e assistência aos desamparados.

Os direitos em questão no artigo citado, se bem aplicados, por si só garantiriam qualidade de vida e dignidade às pessoas. Por conta disto não seria necessária a transferência de obrigações, que tem sido uma das marcas da relação entre Estado e ONGs no Brasil. A

garantia de direitos por parte do Estado pressupõe que não existiriam tantas organizações voltadas para o cumprimento dos mesmos.

Estas organizações, que se fazem tão numerosas nos dias de hoje, ocupam lacunas deixadas pelo poder público e se tornam ‘imprescindíveis’, pois garantem, ou ao menos prometem, o que o Estado não cumpre. A maioria delas, independente da área de atuação, possui em sua missão a ideia de possibilitar, aos que serão atendidos, o acesso a cidadania.

É um fato que as organizações que trabalham com projetos sociais possuem um trabalho de relevância e contribuem para a questão da cidadania, pois são agentes importantes no processo de reivindicação dos direitos constitucionais e colaboram na luta por políticas públicas na área que atuam.

Mas, que cidadania é essa que pode ser concedida por uma determinada organização, e para os que dela fazem parte? O termo cidadania tem sido utilizado com frequência tanto por ONGs quanto por instituições públicas, possibilitando uma representação carregada de equívocos.

Essa noção atual de cidadania deturpa o conceito real, ocorre uma apropriação indevida, conferindo a poucos escolhidos o acesso a ela. Por fazer parte de determinada organização, o indivíduo ganha um “status” social, diferencia-se dos outros que outrora eram seus semelhantes na convivência cotidiana. Refletir sobre esta situação leva a considerar as consequências para os não atendidos.

A utilização do termo demonstra a ideia que se tem do que é ser cidadão, a simbologia que carrega esta palavra na atualidade possibilita que seja concedido o acesso a tal benefício. Assim, a busca por este, torna-se um atrativo a participar dos projetos e organizações.

Esta conotação de uma cidadania concedida aos que foram escolhidos, ou por alguma questão tenham conseguido se inserir num projeto social, apresenta nuances que não costumam ser levadas em consideração. As consequências negativas para quem não consegue adentrar em tais encaixes acarretam a não integração e lhe tira a possibilidade de ser um cidadão. Essa noção de cidadania, difundida e deturpada, é superada quando existe uma compreensão cidadã coletiva, como afirma Gohn:

O cidadão coletivo presente nos movimentos sociais reivindica baseado em interesses de coletividade de diversas naturezas. [...] Junto com as demandas populares de forte conteúdo social por expressarem o lugar que ocupam no

processo da divisão do trabalho, a exploração e espoliação a que são submetidos e a ausência de direitos sociais elementares. [...]Assim temos grupos que lutam pelo exercício da cidadania dos negros, homossexuais, mulheres, pela paz, em defesa da ecologia etc. (GOHN, 2012, p. 21).

É baseado nessa atitude cidadã e coletiva que os quilombos educacionais se constituem realmente como espaços onde a cidadania é exercitada, praticada e compreendida como elemento formador.

3.3 EDUCAÇÃO E MOVIMENTO SOCIAL

A educação popular é representada pela tomada de consciência, o reconhecer seu lugar de ser/estar no mundo compreendendo seu papel com sujeito atuante. É o que acontece com a educação popular, a educação social e a educação comunitária. Elas se situam no mesmo campo de significação pedagógica, o campo democrático e popular. (GADOTTI, 2012).

Essa educação sempre (tem) sua gênese associada as organizações de base das quais as ligadas à igreja católica se destacam, principalmente através das CEBs, influenciadas pela teologia da libertação. A juventude católica, sindicatos, associações, movimentos rurais e urbanos foram difusoras de prática de educação popular como pontua Nascimento:

Praticamente todos eles trabalhavam com base na metodologia Ver, Julgar e Agir, tanto na formação de suas bases ou onde quer que atuassem em solidariedade aos operários, aos camponeses, às associações de moradores de periferia urbana. O método tinha como princípio levantar a realidade de submissão a partir dos participantes dos diferentes grupos, as situações de opressão e exclusão em que se vivia (VER); em seguida passava-se a analisar o modo como se dava essa opressão e essa exclusão e a identificação do papel de cada um no fortalecimento e manutenção desse sistema (JULGAR) e, por fim eram levantadas alternativas de ação que poderiam levar à superação dessa condição de sujeito negado, silenciado e omissos (AGIR). (NASCIMENTO, 2010, p. 62).

Contudo, surgiram vários movimentos sociais que alcançaram grandes repercussões na vida política nacional de então, apoiados todos no trabalho de Educação Popular, destacando-se entre eles as Ligas Camponesas, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e o Movimento de Educação de Base (NASCIMENTO, 2010).

Os movimentos possuem na sua essência o educativo, é da natureza e do caráter social dos movimentos basear-se na educação. Seus ensinamentos e suas ações coletivas são transmitidas nos princípios da educação popular, o que torna esta relação muito próxima.

Esta aproximação teve como pauta, entre as décadas de 1970 e 1980, a busca pelo acesso das camadas populares à escola pública. A democratização da educação e a inserção destas camadas na escola pública teve como influência determinante a pressão dos movimentos sociais (ARROYO, 2003).

O que outrora nesta relação foi uma demanda por acesso à educação básica, passa por muitas outras reivindicações de direitos negados aos menos abastados e chega até a busca pelo espaço no ensino superior. Conquistar uma vaga numa universidade sendo oriundo da escola pública que foi esfacelada, principalmente pós regime militar, passa a ser uma verdadeira façanha.

A tarefa árdua de conseguir este acesso a Academia encontra na associação: pobre, periférico, egresso da escola pública e, via de regra, negro, uma barreira quase intransponível.

É visando encurtar a distância imposta por estas condições que os cursos populares, comunitários, os quilombos educacionais, atuam. Ao promoverem preparação para o vestibular ou ENEM, contribuem para a inserção de jovens da periferia, em sua grande maioria, negros, nas universidades.

Esta preparação para os excludentes processos seletivos citados guarda as peculiaridades próprias destes espaços. Promovem uma formação que difere completamente dos cursinhos de pré-vestibular comerciais. Não se enquadram no formato regular, dito formal e, sem a tutela de órgãos estatais, possuem autonomia para oferecer muito além de um curso preparatório, propõem uma preparação para a vida.

Espaços não formais atuando em favor dos que estão a margem. Resgatando a cidadania por meio de processos educativos que despertam consciência e criticidade, carregando na essência o caráter popular, ou seja, educação e movimento social.

Na educação não formal a cidadania é o objetivo principal, e ela é pensada em termos coletivos. Organizam-se processos de acesso à escrita e à leitura – por meio de métodos de alfabetização – para coletivos específicos, a saber: grupos de trabalhadores, grupo e jovens, adultos etc. Ou organizam-se processos de reciclagem ou formação, segundo determinadas demandas sociais. (GOHN, 2017, p. 110)

A relação entre movimento social e educação através de cursinhos populares ou alternativos encontra registro na história desde a primeira metade do século passado. De acordo com Bachetto:

Encontram-se professores da USP que relatam ter estudado no cursinho organizado pelo grêmio da faculdade de filosofia, ciência e letras da USP. Outros seriam os organizados pelo departamento acadêmico do curso de administração da Fundação Getúlio Vargas, e o patrocinado pelo grêmio dos alunos da faculdade politécnica da USP, ambos com funcionamento anterior a década de 1970. (BACHETTO, 2003, p. 64)

Contudo, é a partir dos anos iniciais da década de 1990 que começam a eclodir pelo país os cursos alternativos. Cursinhos preparatórios para o vestibular sem o viés comercial, organizados por iniciativa da juventude, em sua maioria apoiados por organizações como, comunidades eclesiais de base, movimento estudantil e movimento negro.

Entre os cursos surgidos no período citado destaca-se o cursinho da Poli, organizado pelo grêmio da Escola Politécnica da USP em 1987. O núcleo de Consciência Negra, Cursinho XI de agosto, Centro Comunitário Paulo Freire, também ligados à USP. O Instituto cultural Steve Biko, em Salvador, em 1992, e o Educafro- Educação para afrodescendentes e carentes no Rio de Janeiro, no ano de 1993, e Cursinho da JOC - Juventude Operária Católica, no bairro do Brás, em São Paulo em 1996.

Pode-se notar em vários destes a presença de organizações como escolas, sindicatos, universidades, igreja católica e o movimento negro. Estas instituições possuíam trabalhos de muita relevância na luta pelos direitos dos historicamente desfavorecidos. O movimento negro na luta por reparação, sob forte influência do MNU - Movimento Negro Unificado, e a igreja católica, através das CEBs - Comunidades eclesiais de base, que lutavam pela inclusão, reforma agrária e luta pela terra, inspiradas pela teologia da libertação. Assim, as CEBs alimentavam-se ideologicamente da esperança de mudança social por meio do desenvolvimento da solidariedade entre os pobres. (NASCIMENTO, 2010).

A igreja católica tem contribuição direta no fortalecimento dos movimentos sociais e das chamadas organizações de base. Segundo Matos (2003):

[...] por intermédio dos Movimentos Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra. Foi aí que começaram, efetivamente, os fundamentos dos primeiros movimentos sociais de base popular, particularmente nas regiões onde a estrutura capitalista industrial estava mais bem assentada, no ABC paulista, justamente pela consciência social, e a luta de classe tinha uma expressão mais arraigada ao cotidiano das lutas salariais. (MATOS, 2003, p. 34/35).

Essa história tem continuidade com a Ação Católica Especializada entre os anos de 1960 e 70, a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Estes

movimentos pastorais envolvendo os jovens se espalham pelas dioceses e, assim, nos anos de 1970, surgem a Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude do Meio Popular, Pastoral da Juventude Estudantil, Pastoral da Juventude Rural.

Essas pastorais promovem encontros e assembleias e começa a articular os jovens imbuídos em causas sociais. Mobilizações são organizadas e a luta pela educação de qualidade e acessível a todos torna-se uma das principais bandeiras.

É a partir da PJMP- Pastoral da Juventude do Meio Popular que o grupo fundador do objeto desta pesquisa se reúne. Um grupo de jovens oriundos desta pastoral e moradores do bairro de Cajazeiras e Águas claras, decidem intervir na situação a qual se encontrava a juventude local.

Era um contexto de tráfico, violência e extermínio da juventude negra, quadro que precisava ser modificado. Estes jovens, já militantes na referida pastoral, tinham contato com algumas organizações que discutiam a conjuntura social da época e principalmente no tocante a situação da comunidade afrodescendente. Eram estas CEAO, CEAFO, NEIM e o Instituto cultural Steve Biko, do qual alguns destes jovens eram egressos.

3.4 ESPAÇOS EDUCACIONAIS NÃO FORMAIS – RESISTÊNCIA CONTEMPORÂNEA

Com a decadência e sucateamento do ensino público, os cursinhos pré-vestibulares ganharam força, a ausência do Estado no cumprimento de um direito básico e constitucional, como a educação de qualidade. Assim, virou praticamente uma obrigatoriedade para o acesso ao ensino superior passar pelo curso preparatório.

É bem verdade que isto se tornou uma realidade pra os estudantes tanto de escola pública, como da particular, afinal, a discutível qualidade do ensino para preparar um estudante para os vestibulares é “universal”. No entanto, é na escola pública que essa situação de abandono e de ensino deficitário reflete a triste realidade da educação formal no país.

Os cursinhos preparatórios pra o vestibular ganharam força e virando assim um mercado lucrativo, multiplicaram-se na primeira metade dos anos 90 do século passado. Ao final da década já eram dezenas na cidade de Salvador. Como pontua o professor Jailton Aleluia:

Lembrando que nesta ocasião a indústria dos cursinhos imperava em Salvador, com grandes nomes Sartre, Neruda, Águia, Base, entre outros. Por outro lado, éramos professores sem experiência nesta modalidade, mas que tínhamos alguns já concluído a universidade, como eu, outros em processo, mas entendíamos de algo fundamental que era a solidariedade coletiva, e isto nos deixava com uma grande expectativa de ver nossos esforços traduzidos em resultados com as aprovações em UNEB, UFBA e mais tarde UEFS. (Jailton Aleluia, depoimento ao autor, 2018)

Nos espaços não formais de educação essa prática da preparação para vestibulares também foi adotada, porém com características bem distintas das dos chamados cursinhos comerciais, contribuindo para aumentar o ingresso dos estudantes de escola pública nas Universidades.

3.5 LUTA, COTAS, INSERÇÃO, REPARAÇÃO

Fruto da luta dentro das chamadas ações afirmativas, a implementação do sistema de cotas nas universidades brasileiras foi uma conquista dos movimentos sociais. Uma luta da qual o movimento dos quilombos educacionais fez parte diretamente. Com destaque para uma grande mobilização em Brasília no ano de 2006, com organizações de todo o país para pressionar pela universalização do sistema de cotas, que até então era incipiente, se fazia presente em pouquíssimas universidades pelo país.

A criação do sistema de cotas foi fruto de lutas históricas dos movimentos sociais, com destaque para o movimento negro. Na implementação do sistema a UERJ aparece como percussora no Brasil ano de 2000. A UNEB aparece como a primeira universidade do Norte e Nordeste tendo adotado o sistema no ano de 2002, durante a gestão da, então, reitora Ivete Sacramento.

O movimento negro, bem como os outros movimentos sociais, sempre teve como entendimento que a política de cotas é uma medida provisória. A pauta é por uma educação igualitária, onde os afrodescendentes e oriundos das periferias tenham condições de disputar as vagas nas universidades com os que desfrutam do privilégio de uma educação de “qualidade”.

As cotas estão longe de ser o ápice do anseio educacional dos movimentos populares, é medida de reparação que atendeu a uma demanda emergencial, portanto, necessária. Era

preciso modificar os dados alarmantes relacionados as populações menos abastadas no acesso ao ensino superior, principalmente o público.

Segundo o IBGE no ano de 2005 o percentual de jovens negros ou pardos matriculados em instituições de ensino superior era de 5,5%. Em 2015 dez anos após a aprovação das cotas esse número já era de 12,8 %. Esses dados do instituto contabilizam os jovens entre 18 e 24 anos.

Embora tenha que se reconhecer uma mudança proporcionada pelas cotas, esta ainda é incipiente. E não é difícil encontrar discursos contrários, inclusive carregados de preconceito. Frases feitas definindo como vitimismo e preconceito do negro para com o próprio negro. Acusações de que as cotas iriam diminuir o nível dos cursos, principalmente os de mais “prestígio”. Argumentação carregada de preconceito social e racial.

Anos depois, pesquisas comprovam o equívoco dessas afirmações, provando que se criou um mito sobre a capacidade de estudantes cotistas. Tomando como exemplo a UERJ essa comprovação foi feita pela pesquisa de Teresa Olinda e Claudio Gurgel (2014).

Neste estudo, Teresa e Gurgel ajudam a derrubar um dos mitos do discurso anti-cotas. Dos 32 cursos oferecidos pela UERJ, seis são analisados no artigo, todos da turma ingressante no ano de 2006, e apontam para uma equivalência de notas no desempenho entre cotistas e não-cotistas, que contrapõe os valores alcançados no vestibular. No curso de Administração, os cotistas tiveram uma média de 30,48 pontos no vestibular, contra 56,02 dos não cotistas, quase o dobro de diferença. Porém, o desempenho durante o curso mostra um crescimento no rendimento dos cotistas, que chegam à média de 8,077 contra 8,044 dos não cotistas. (REVISTA FÓRUM 2014).

A pesquisa contrapõe o discurso de que os cursos universitários teriam seu nível diminuído bruscamente, comprova que o desempenho de quem entrou pelas cotas é igual ou superior aos demais.

Em estudo semelhante os professores Wilson Mattos, Kize Aparecida e Ivanilde Guedes analisaram o desempenho dos cotistas na Universidade do Estado da Bahia após dez anos do sistema ter passada a vigorar na universidade.

Optou-se, inicialmente, por uma amostragem de cursos de graduação presentes em três campi da UNEB, divididos entre cursos de maior e de menor prestígio social. O resultado do estudo indicou não ter havido diferenças significativas de desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas durante o período estudado, embora tenha recomendado uma atenção preventiva maior com os cursos de maior prestígio social que, no

geral, independentemente da opção ou não pelas cotas, apresenta um desempenho no limite da média. (REVISTA DA ABPN, 2013 p. 83-99).

O dado da pesquisa realizada na UNEB comprova e ratifica o resultado encontrado na UERJ, cotistas contrariam o discurso sustentado pelos que se sentem ameaçados pelas cotas. Temem perder seus privilégios, se assustam e por isso se opõem ao sistema que proporciona equidade na disputa por vagas nas universidades.

4 QUILOMBOS ONTEM E HOJE - LUTA HISTÓRICA, INSPIRAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Este capítulo discorre sobre os quilombos no continente africano, seu surgimento, concepção “original” do termo. Retrata a história destes espaços em solo brasileiro enquanto vigorou o sistema escravista. Apresenta também, de forma breve, as condições na quais se encontram as comunidades remanescentes de quilombo, suas lutas e algumas das conquistas, como a posse das terras que lhe são de direito.

4.1 CONTEXTUALIZANDO QUILOMBOS HISTÓRICOS

É no continente africano, berço da humanidade e terra natal dos negros escravizados no Brasil, que surge o termo quilombo, indo de encontro a ideia de que este foi um nome dado pelo colonizador. Sendo a África muito extensa e multicultural, a palavra “quilombo” encontra registro em alguns povos e etnias como o descrito por Kabengele Munanga:

O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (quilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. (MUNANGA, 1995-96, p.68).

Partindo da constatação de Munanga, é possível compreender o termo a partir do tronco linguístico ao qual está associado e de que forma este chega ao Brasil e é apropriado e aportuguesado. Munanga complementa sobre a origem do termo discorrendo sobre a multiculturalidade contida neste:

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc. (MUNANGA, 1995-96, p.60).

Percebe-se na gênese do quilombo sua vocação para estratégia, luta pela sobrevivência e proteção ao território e aos que nele vivem. Assim, nota-se aproximação com o que nos é

familiar sobre estes acampamentos símbolos da luta pela liberdade dos escravizados em solo brasileiro.

A Luta destes que foram retirados a força do seu lugar de origem e que encontraram na articulação dos quilombos um fio de esperança para por fim a agonia de viver como prisioneiros sob as mais perversas formas de castigos e maus tratos.

Esta história inspira e motiva aos quilombolas contemporâneos na causa que defendem, a busca atual é para fugir das novas formas de castigo impostas pela escravidão do século XXI. Mudaram os métodos, mas continuam a existir castigos e privações para os descendentes da heróica luta do povo vindo de África.

4.2 AQUILOMBAMENTOS EM TERRAS BRASILEIRAS

Acampamento no mato onde se refugiavam os escravos. Esta é a definição de quilombo segundo o dicionário Aurélio 2018. Etimologicamente, a palavra "Quilombo" tem origem nos termos "kilombo" (Quimbundo) ou "ochilombo" (Umbundo), presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos Bantus que habitam a região de Angola, na África Ocidental. Os registros históricos indicam que foi no Brasil que o termo ganhou o sentido local para abrigo de escravizados fugitivos.

Em território brasileiro, foram centenas de quilombos entre os séculos XVII e XVIII, no entanto, até os dias de hoje a palavra remete ao Palmares, com se esta fosse a única experiência do gênero no país. De fato, Palmares se destacou, e isso é retratado pela historiografia oficial, sendo conteúdo de praxe no livro didático de História.

Sobre este grande quilombo, que se localizava numa região conhecida como Serra da Barriga, no estado de Alagoas, Fiabani afirma:

Aí tinham os negros um certo governo temporal, uma certa administração da justiça, igrejas de corrupto rito católico etc; as suas povoações eram fortificadas, embora toscamente; tinham armas diversas para sua defesa; e entregavam-se também à cultura, sobretudo dos gêneros de primeira necessidade (FIABANI 1976, apud MALHEIRO, 2005, p. 51).

Palmares teve reconhecida sua grandeza e passou a vigorar na história como o grande exemplo de quilombo estruturado, no entanto, houve grandes quilombos que a história já começa a reconhecer. Somente o Estado da Bahia registrou dezenas destes em Salvador,

recôncavo e baixo sul. Como o Quilombo do Urubu ou Orobu, Quilombo Buraco do tatu, Quilombo Cabula, Quilombo do real, Quilombo de Jeremoabo, entre outros.

Grandiosos, organizados, estruturados e, principalmente, livres. Estas comunidades formadas por negros fugidos do sistema escravocrata abrigaram os sonhos de uma vida digna na “terra estranha”, longe dos castigos do senhor de engenho e do capitão do mato, almejava-se nunca mais a chibata.

Estes aquilombamentos foram parte integrante e decisiva dentro das rebeliões ocorridas na primeira metade do século XIX. Desta forma contribuíram diretamente para instaurar o “pavor” entre os nobres e senhores. Esse clima de medo gerou consequências como, por exemplo, uma medida jurídica tentando coibir as possíveis rebeliões, bem como mudança de comportamento da nobreza, a ponto de se ponderar sobre quando e quais locais frequentar. Sobre esta situação Moura discorre:

E a *síndrome do medo* continua, sob novas formas, a condicionar o comportamento dos senhores de escravos. É um *continuum* que acompanha o outro — o da discriminação do negro — em diferentes níveis, mas com fins convergentes. Conforme veremos adiante, o branco foi atingido pela *síndrome do medo*, de forma sistemática e contínua, pela neurose e paranóia da classe senhorial. Levando-se em consideração que o número de escravos e negros durante muito tempo era superior ao de brancos podemos ver o estado de pânico permanente dos senhores de escravos. Daí não ser permitido ao escravo nenhum privilégio, pois os espaços sociais rigidamente delimitados dentro da hierarquia escravista somente possibilitavam a sua ruptura e mudança estrutural através da negação do sistema: a insurgência social e racial do escravo. A *síndrome do medo* estender-se-á, também, à segunda fase do escravismo brasileiro, mas através de mecanismos táticos diferentes. A classe senhorial já não legisla mais através dos seus agentes para reprimir e/ou muitas vezes destruir fisicamente o escravo, mas passa a produzir leis protetoras. A partir da extinção do tráfico e a diminuição da população escrava começam a suceder-se leis que protegem e beneficiam o escravo, como veremos adiante. Desta forma, a *síndrome do medo* deformou psicologicamente a classe senhorial, deu-lhe elementos inibidores para assumir um comportamento patológico e caracterizou a postura sádica dos seus membros. (MOURA, 1988, p. 235).

As considerações são sobre a situação durante o sistema escravagista no século XIX, mas poderia se aplicar perfeitamente aos dias atuais.

Moura chamou de “a síndrome do medo” a preocupação, o receio que criou um estado de pânico permanente (MOURA, 1988), como sendo o estado em que ficou a sociedade “branca” no período pós insurreições que se deram, em sua maioria, na metade deste século.

Os senhores de escravos, suas famílias e algumas pessoas de destacado papel na sociedade baiana de então, viviam altamente temerosos que formalizaram isto em documento solicitando providências para conter as possíveis rebeliões:

Senhor, Com o mais profundo respeito o Corpo do Comércio, e mais cidadãos da praça da Bahia cheios da maior aflição vão representar a V. A. R.a horrorosa catástrofe, e atentados, que têm acontecido e suplicar apronta providência que exige o deplorável estado das cousas para a segurança de suas vidas, honras,e fazendas.É notório que há 3 para 4 anos os negros tentam rebelar-se e matar todos os brancos, e tendo nos anteriores feito 2 investidas, agora ao amanhecer do dia 28 de fevereiro em distância somente de uma légua desta cidade deram a 3ª com muito mais estragos, e ousadias, que as outras.Estes ensaios, Senhor, bem prognosticam, que chegará (a não ser se tomarem medidas mui sérias) um dia em que eles de todo acertem e realizem inteiramente o seu projeto, sendo nós as vítimas da sua rebelião e tirania. (MOURA, 1988, p. 233).

4.3 QUILOMBOS - LUTAS CONTEMPORÂNEAS

No país das sesmarias, capitanias hereditárias e dos grandes latifúndios, é somente com a constituinte de 1988 que se inicia um processo de reconhecimento do direito a terra por parte dos quilombolas. Constava nesta um artigo de número 68 que tratava sobre conferir título definitivo da propriedade aos que ocupavam terras remanescentes de quilombos.

Sobre este processo Fiabani explica:

Na realidade, o texto do artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias nasceu das discussões sobre o patrimônio cultural brasileiro que se encontram na base dos artigos 215 e 216 da Constituição. O artigo 215 dava ao Estado a função de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais. Por vez primeira, aparecia na Constituição Brasileira ‘a noção de grupos diferenciados, participantes do processo formador da nação’. (FIABANI, 2005 p. 359).

Esse artigo constitucional parecia um trunfo para as comunidades que descendiam dos antigos quilombos e ainda residiam nas terras destes. No entanto, ainda viriam brigas jurídicas para o reconhecimento, a historiografia identificava claramente quem eram esses remanescentes. Porém num país de latifundiários não seria esta uma briga fácil. Somente em 20 de novembro do ano de 2003 o decreto de lei número 4.887 regulamentou a demarcação, delimitação e titulação destas terras.

O decreto possui no artigo primeiro a seguinte definição:

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Embora o decreto de lei explique com clareza e objetividade quem tem direito as terras que outrora sediam os quilombos. A luta pela titulação não é fácil, principalmente pela disputa que se dá, muitas vezes envolvendo proprietários de grandes áreas rurais, ou seja, terras de latifúndios.

A certificação por si só não garante o direito, segundo dados da Fundação Palmares, até 2017 são 736 comunidades certificadas em território baiano. No entanto, aproximadamente metade teve o processo de titulação aberto pelo INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Esta é outra etapa, mas ainda não a definitiva para a concretização do processo.

Jogos de interesses e *lobby* de grandes fazendeiros com poder de influência, que através de seus representantes dentro de instâncias de poder, a exemplo do Congresso Nacional, exercem a pressão desse lugar de privilégio, dificultando o acesso aos verdadeiros herdeiros das terras em questão.

Estas disputas entre fazendeiros e quilombolas em diversas vezes extrapola o judicial, transforma-se em conflitos, nos quais, via de regra, acaba com vítimas do lado dos remanescentes.

Estes conflitos, por vezes, podem envolver instituições oficiais, como exemplo pode ser citada a comunidade conhecida como Quilombo Rio dos Macacos, localizada entre Salvador e Simões Filho, área da atual Base Naval de Aratu. A comunidade que, em 2015, teve seu reconhecimento, enfrenta desde então problemas com a Marinha do Brasil, que reivindica a área onde estudos apontam que a comunidade está há, aproximadamente, duzentos anos.

A comunidade de Rio dos Macacos relata perseguição e violência por parte da Marinha Brasileira, casas invadidas e até tortura de moradores. Esta situação repercutiu e gerou vários protestos nos anos de 2016 e 2017, contando com a participação de representações dos mais variados segmentos dos movimentos sociais.

Não é só de conflitos, no entanto, que vivem essas comunidades. Em seu dia a dia guardam costumes, crenças, hábitos e memórias dos ancestrais. Os moradores destes locais preservam a coletividade dos antigos quilombos, como pôde ser constatado em pesquisa de Carlos Eduardo Carvalho. Ao observar as comunidades de Barra e Bananal, no município de Rio de Contas, Estado da Bahia, ambas remanescentes, revela:

A produção agrícola se dá de forma coletiva, seguindo o ciclo das águas. O plantio se dá em três momentos: na roça das chuvas, nos baixios e encostas; e a roça da neblina (feita na quaresma), nas bases das encostas. O plantio é feito por toda a coletividade, mas são as mulheres que colhem, porque os homens migram sazonalmente, no mês de julho, para participar da colheita da cana-de-açúcar em S. Paulo. Por fim, se dá o plantio no tempo da estiagem, nos baixios às margens dos rios, utilizando sistema rudimentar de irrigação. Neste período são as mulheres que se ocupam dos encargos produtivos. Em novembro se dá o retorno dos migrantes, começando os preparativos para as roças de chuva. (SANTANA, 2005, p. 96).

Fica evidenciado a produção baseada na coletividade, divisão de trabalho e noção de uso dos bens naturais. Hábitos oriundos dos seus ancestrais. Estes conviviam em harmonia entre si e com a natureza. Isso pode ser exemplificado por trecho extraído da mesma pesquisa quando Carvalho discorre sobre as relações de parentesco e desta com o território nas comunidades pesquisadas. Existe um compartilhamento do direito ao uso de áreas comuns, mas, o partilhamento se dá entre membros da mesma família, que forma um “bolo”. Existem, no entanto, produtores desprovidos de terra, geralmente as mulheres sozinhas. (SANTANA, 2005).

Os exemplos citados demonstram como se organiza a vida numa comunidade remanescente de quilombo, estes não falam pela totalidade de comunidades que certamente guardam peculiaridades de suas regiões e dos povos das quais descendem. Mas, servem perfeitamente para se ter uma visão de como vivem as pessoas que compõem estas localidades dotadas de tanta memória.

4.4 COMUNIDADES REMANESCENTES E EDUCAÇÃO

A resolução CNE- Conselho Nacional de Educação 08/2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Por meio desta, o Estado regulamentou o ensino básico nas comunidades remanescentes de quilombo. O referido documento apresenta em seu artigo primeiro as seguintes definições:

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução.

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade.

Segundo dados do MEC do ano de 2017, o Brasil possuía 2.366 escolas quilombolas, onde atuam 17.288 professores e 264.404 alunos. A educação escolar quilombola, através destas escolas, está presente em quase todo o território nacional com destaque para os estados da Bahia, Maranhão, e Pará, que concentram o maior número destas.

Após cinco anos de sua implantação resta saber se essas diretrizes vêm sendo cumpridas. Uma série de questionamentos podem ser feitos acerca do cumprimento ou não da legislação. As condições de infraestrutura destas escolas, a qualificação dos professores e o respeito as peculiaridades de cada comunidade são só alguns dos aspectos a se observar.

Embora muito recente para ser analisada, a resolução de 2012, podemos refletir sobre a educação acessível as estas comunidades já no âmbito de um modelo pensado para as localidades. Em pesquisa realizada em 2012, portanto, mesmo ano da resolução, Shirley Aparecida de Miranda (2012), apresenta dados de como se encontrava a educação destinada aos quilombolas:

Em nível nacional, o censo escolar constata que os piores indicadores educacionais se referem a essas escolas: são pequenas, em geral possuindo duas salas que funcionam em regime multisseriado. A maioria das construções é de pau a pique. Faltam energia elétrica, água encanada e saneamento básico. Em 2009, os índices denotaram que 76,5% dos alunos do ensino fundamental têm entre 7 e 14 anos; desses, porém, 20,6% têm 15 anos ou mais, o que indica alta distorção idade-série. Sobre a formação dos professores, a maior parte (59%) possui o magistério completo, ao passo que 40% dos docentes possuem a licenciatura completa. (MIRANDA, 2012, p. 374-375)

Entre os problemas apontados, a formação dos educadores encarregados de lecionar nestas escolas aparece como um dos mais alarmantes. Para, além disso, existe um fator primordial nessa relação que é a falta de raízes, ou seja, de pertencimento, pois, a grande

maioria dos professores destas escolas não são da comunidade, e muitas vezes, nem da mesma cidade.

Desta forma, a política pública e o Estado chega para os quilombolas muito longe do ideal. Portanto, uma educação escolar quilombola tutelada pelo Estado não contempla os anseios destas comunidades. Faz-se necessário repensar o modelo implementado, considerando a possibilidade de formar os educadores in loco. Buscar entre os moradores locais os futuros professores, estes com sentimento de solidariedade e pertencimento.

4.5 QUILOMBOS EDUCACIONAIS - TOMANDO A CIDADE PELO VIÉS EDUCACIONAL - DO ENGENHO A UNIVERSIDADE

A relação entre movimento social e educação, através de cursinhos populares ou alternativos, encontra registro na história desde a primeira metade do século passado. Experiências em vários estados brasileiros como Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo visando proporcionar aos jovens de baixa renda uma preparação para a disputa de vagas numa universidade.

Esta relação entre movimento social e educação, através destes cursinhos, tem registros entre os anos de 1960 e 1970. Exemplos destes encontram registros na USP e na Fundação Getúlio Vargas

Nesse período, o Brasil vivia um momento dos mais sombrios de sua história, o regime de exceção ditatorial que imperou, oficialmente, até 1985. Iniciativas populares eram vistas como ameaças ao regime. Não havia espaço para qualquer expressão de autonomia, tanto dos cidadãos como de suas organizações sociais, reprimindo severamente tudo que lhe parece ameaçador. (NASCIMENTO, 2015).

Ainda assim, trincheiras de lutas foram travadas, vários setores da sociedade reagiram a censura e a violência imposta. Dentre as instituições que participaram ativamente destaque para igreja católica, que por conta de uma ala mais progressista tem contribuição direta no fortalecimento dos movimentos sociais e das chamadas organizações de base. Segundo Matos (2003)

[...] por intermédio dos Movimentos Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra. Foi aí que começaram, efetivamente, os fundamentos dos primeiros movimentos sociais de base popular, particularmente nas regiões onde a estrutura capitalista industrial estava mais bem assentada, no ABC

paulista, justamente pela consciência social, e a luta de classe tinha uma expressão mais arraigada ao cotidiano das lutas salariais (MATOS, 2003, p. 34/35).

Essa história tem continuidade com a Ação católica Especializada, nos anos de 1960 (JAC, JEC, JOC, JUC) os movimentos pastorais envolvendo os jovens se espalham pelas dioceses e, assim, nos anos de 1970 surgem a Pastoral da Juventude, Pastoral da Juventude do Meio Popular, Pastoral da Juventude Estudantil, Pastoral da Juventude Rural.

Essas pastorais promovem encontros e assembleias e começam a articular os jovens imbuídos em causas sociais. Era um período conturbado com o regime de exceção que dominava o país, assim, a luta pelos direitos humanos era Mobilizações e a luta pela educação de qualidade e acessível a todos torna-se uma das principais bandeiras.

É no início da década de 1990 que começam a se espalhar pelo país os cursos preparatórios para o vestibular sem o viés comercial, organizados por iniciativa da juventude, em sua maioria, apoiados por organizações da sociedade civil e também de segmentos da Igreja Católica.

Destaque para o cursinho da Poli, organizado pelo grêmio da Escola Politécnica. O núcleo de Consciência Negra, Cursinho XI de agosto, Centro Comunitário Paulo Freire todos ligados à USP. O Instituto cultural Steve Biko em Salvador, em 1992, o Educafro, no Rio de Janeiro e o Cursinho da JOC.

Em vários destes a presença de organizações como escolas, sindicatos, universidades, igreja católica e o movimento negro. Estas instituições possuíam historicamente trabalhos de relevância na luta pelos direitos dos menos favorecidos. Vale destacar a participação do MNU e das Cebis.

Em 1992 surge a Cooperativa educacional Steve Biko, hoje Instituto cultural Beneficente Steve Biko, e que pode ser considerado a primeira experiência nos moldes de um quilombo educacional. É a partir desse projeto que começam a ser difundidas em todo o soteropolitano as ideias e os ideais que resultariam nos quilombos educacionais. São pessoas, ex-alunos que passaram pelo Steve Biko que contagiados pelos ideais tomam a iniciativa de levar para bairros da periferia da cidade.

Assim nascem projetos semelhantes como o Quilombo do Orobó no bairro de Cajazeiras, Coe Quilombo localizado em Plataforma, Curso irmã Santa Bahkita em

Sussuarana, Curso Milton Santos no IAPI, Quilombo Semear no São Gonçalo do retiro e Cabricultura no Cabrito de baixo.

Salvador é “tomada” pelos cursos populares, no entanto, somente no ano de 2001 é que ocorre uma reunião dessas organizações em torno de uma ideia de unidade que resultou na criação do FOQUIBA – Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia confere aos projetos a identidade de Quilombo educacional.

O Fórum de Quilombos educacionais da Bahia - FOQUIBA- foi criado em 21 de outubro de 2001, é fruto do amadurecimento das organizações negras no sentido de atuar em rede para superação das desigualdades raciais no território soteropolitano, sobretudo no campo educacional com pressuposto de uma pedagogia antirracista e inclusiva, com o objetivo de favorecer o ingresso e a permanência no ensino superior dos afrodescendentes, dando-lhe um espírito crítico da realidade de exclusão em que eles vivem, em vista da transformação da mesma.

É com o Fórum que se tem a dimensão desses projetos e do trabalho por eles desenvolvidos e, então, a nomenclatura “Quilombo educacional” ganha força. Notou-se que a maioria destes cursos utilizavam a palavra quilombo no nome, remetendo a lugar de resistência.

O Foquiba se constitui como uma tentativa de conjunção desses quilombos, no sentido de produzir uma linha pedagógica diferenciada e adequada às necessidades específicas dessas instituições e dos seus participantes, acreditando na urgência de uma educação antirracista. Para tanto, investiu na promoção de seminários, encontros, cursos para integrantes, ou não, dos quilombos, e formação de professores.

No ano de 2008 participei do segundo seminário promovido pelo Fórum, realizado no colégio estadual Landolfo Alves, bairro da Calçada, na cidade de Salvador. Este evento teve o seguinte tema: **O papel dos quilombos educacionais na formação de negros e negras.** Tratou-se de um momento de muito aprendizado, integração e troca de conhecimentos entre os quilombos educacionais.

A partir da criação desse fórum as organizações crescem tornando-se mais abrangentes em suas localidades. Ocorre uma agregação e são traçadas metas, objetivos de aproximar os conteúdos, tornar semelhantes às metodologias. Isso se concretizou com a implantação da

disciplina CCN – Cidadania e Consciência Negra na grade curricular de todos os quilombos, essa disciplina traduz a essência destas organizações.

A disciplina de CCN se configura como marco do diferencial de um quilombo educacional. Embora se busque um trabalho interdisciplinar, com os temas de cidadania e as relações de raça e gênero sendo abordado em todas as disciplinas, é nas aulas de CCN que essas discussões se aguçam mais.

Nestas aulas propõe-se discutir raça e gênero, associadas a contexto histórico e também à conjuntura atual. Busca-se demonstrar a importância de valorizar a ancestralidade e respeitar as diferenças. São pautadas as questões raciais desde as raízes históricas em contexto global e local, dando maior ênfase à realidade que nos cerca.

Nestas experiências citadas percebe-se a participação de organizações, movimentos e até instituições como universidades. Grupos já atuantes, que militavam e militam por alguma causa, passando a atuar na busca pela ocupação popular no ensino superior.

5 PERIFERIA - PARA ALÉM DA QUESTÃO GEOGRÁFICA

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser, eu escrevi a realidade. (Carolina Maria de Jesus, 1960, p. 173)

Este capítulo pretende, partindo do conceito de periferia, discorrer sobre as mazelas que se abatem sobre esta, trazendo dados que comprovam o descaso dos poderes públicos com esses locais, que, via de regra, concentram grande massa populacional. Trará também a história de Cajazeiras, bairro onde se localiza o projeto pesquisado.

O termo “periferia” explicita, via de regra, áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, atualmente, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são entendidas como periféricas. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo. Dessa forma, “periferia” hoje significa também aquelas áreas com infra-estrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o lócus da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda. (SERPA, 2001, p. 10-11)

Periferia, palavra cuja denotação está para além do geográfico, pode ser definido como lugar onde habitam sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Lugar que abriga as populações desprovidas de serviços básicos como, água encanada, rede de esgoto, asfalto, escolas, hospitais e etc. É neste local, em geral, esquecido pelo poder público que o povo luta pela sobrevivência.

Neste contexto da luta cotidiana das periferias, está a busca constante para superar a força do estereótipo de lugar violento. Assim é a visão construída, principalmente, nos meios de comunicação de massa. Vende-se a imagem das comunidades como redutos da criminalidade.

Em meio a este quadro a juventude aparece como grande vítima, seja dos efeitos desse estereótipo, seja da realidade desta violência, pois são os acometidos por ela. Em matéria veiculada em julho de 2013, no site da revista Fórum, pode comprovar tal afirmação:

Entre 2009 a 2012, 6.483 pessoas foram assassinadas em Salvador – a maior parte das vítimas na faixa dos 19 aos 24 anos. Outra pesquisa, essa realizada pelo Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV) apontou que entre 1998 e 2004, das 6.308 pessoas assassinadas em Salvador, 5.852 eram negras ou pardas. Um índice de 92,7% frente aos 85% de afrodescendentes

que à época formavam a população da capital da Bahia.(Revista Fórum julho de 2013).

Como apontado na pesquisa, os jovens afrodescendentes são as maiores vítimas da violência, pois, são a maioria nessas localidades. Este quadro não poderia ser diferente, pois, Salvador é considerada a cidade com maior população negra fora da África.

Em complemento aos dados sobre quem são os vitimados pelos índices alarmantes de homicídios a mesma matéria aborda o endereço da violência, catalogando quais as regiões da cidade de Salvador mais atingidas:

Nessas mesmas regiões ficam os bairros com maior índice de atuação dos grupos de Extermínio na capital baiana, segundo diversos relatórios, dentre eles o da CPI do Extermínio do Nordeste (2003 a 2005): Boiadeiro, Lobato, Plataforma, Paripe, Periperi, Coutos (Subúrbio Ferroviário), Bairro da Paz, Itapuã, São Caetano, Pirajá, Cajazeiras XI, Patamares, Vila Canária, Sete de Abril, Liberdade, Engenho Velho da Federação, Vale das Pedrinhas, Valéria, Palestina e Nordeste de Amaralina, além de Simões Filho.(Revista Fórum julho de 2013).

Baseada em pesquisas que levaram em conta dados do ano de 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) colocou Salvador como a 13ª cidade mais violenta do mundo. Este levantamento levou em consideração a taxa de homicídios por 100 mil habitantes. A exposição desses dados por uma organização de nível mundial causou grande repercussão e chamando a atenção para a situação vivida na cidade.

Dados mais atuais comprovam que essa ainda é a realidade, em 2016 foi divulgada uma pesquisa do Fórum brasileiro de segurança pública, nesta, Salvador aparece como a cidade mais violenta do país. Esta constatação se deu pela liderança da capital baiana nas chamadas Mortes Violentas Intencionais (MVI).

No entanto, talvez a face mais cruel desse quadro de violência seja a parte mais atingida por ela. As pessoas as quais ela atinge em maior número são jovens negros do sexo masculino, numa faixa etária entre os 12 e os 29 anos. Segundo o atlas da violência 2017, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os jovens negros tem 23,5 % a mais de chance de serem assassinados.

Em matéria publicada na revista Carta capital, no dia 05 de junho de 2017, repercute a divulgação do Atlas:

Atualmente, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chances 23,5% maiores de ser assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já

descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência.

‘Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra’, compara o estudo.

Outro dado revela a persistência da relação entre o recorte racial e a violência no Brasil. Enquanto a mortalidade de não-negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4% entre 2005 e 2015, entre as mulheres negras o índice subiu 22% (CARTA CAPITAL, 2017).

Mesmo com dados alarmantes sobre violência divulgados pela mídia, nem só de preconceito, abuso de autoridade e estigmatização vivem as periferias. Encontramos nas periferias, favelas, ocupações, os hábitos peculiares a zona rural. Costumes trazidos pelos camponeses que, durante o chamado êxodo rural durante a década de 1960, trouxeram para a cidade, mais especificamente, nas periferias para onde foram empurrados.

Laços comunitários são desenvolvidos nestes espaços, na maioria das vezes, mostrados como hostis, mas que guardam hábitos e costumes que os tornam uma comunidade. O lugar do aconchego, do exercício da generosidade, do preocupar-se com o semelhante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. (BAUMAN, 2001).

Mesmo em meio as mazelas da contemporaneidade nas periferias, ou seja, nas comunidades, cultivam-se hábitos próprios dos camponeses. O sentimento comunitário se faz presente nestes espaços através dos laços compartilhados. É do ideal de comunidade que fala Bauman, talvez num nível utópico, mas não impossível, afinal viver nestes lugares é em muitos momentos encontrar um oásis num deserto.

Numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez. Ninguém vai rir de nós, nem ridicularizar nossa falta de jeito e alegrar-se com nossa desgraça. Se dermos um mau passo, ainda podemos nos confessar, dar explicações e pedir desculpas, arrepender-nos se necessário; as pessoas ouvirão com simpatia e nos perdoarão, de modo que ninguém fique ressentido para sempre. E sempre haverá alguém para nos dar a mão em momentos de tristeza. (BAUMAN, 2001, p. 8)

Na busca por fugir desta realidade cruel, brotam das comunidades atitudes que renovam a esperança, projetos, organizações, iniciativas de caráter popular. Estas ações estão geralmente ligadas à cultura e a educação, e buscam oferecer aos jovens periféricos outros caminhos que não o do tráfico e da criminalidade em geral.

É possível identificar muitas produções ligadas à arte, cultura e educação oriundas das comunidades. Essas iniciativas, salvo raras exceções, não são veiculadas nos meios de

comunicação hegemônicos. Muitas destas surgem a partir de organizações já consolidadas como, igrejas, sindicatos e associações. Em alguns casos, estas organizações fornecem algum tipo de apoio, pois, o pontapé inicial foi dado pelo protagonismo juvenil.

Como exemplo deste protagonizar da juventude, várias experiências de extrema relevância merecem registro, somente em contexto soteropolitano podem ser mencionadas: O Sarau da Onça, o Mídia Periférica, Instituto Mídia Étnica, o Movimento Hip-Hop, além dos próprios quilombos educacionais.

Criado em 2010 com intuito de combater a forma depreciativa com a qual os programas sensacionalistas da televisão baiana retratavam a periferia, foi para mudar esse cenário que os jovens Ana Paula Almeida, Enderson Araújo e Liege Viegas idealizaram no bairro de Sussuarana o Mídia Periférica. Iniciaram com um blog e foram expandindo sua atuação, atualmente possuem também jornal impresso, uma rádio comunitária e uma Web TV.

O IME-Instituto Mídia Étnica, nasceu em 2005 na busca pela representatividade dos negros nos meios de comunicação. Como lema desde sua fundação “vamos denegrir a mídia”. O IME luta pela democratização da mídia e combate ao racismo nestes meios. É sem dúvida um dos projetos de cunho popular de maior destaque na cidade de Salvador, oferecendo a comunidade afrodescendente, e principalmente aos jovens, oficinas e cursos de capacitação profissional.

Nossa missão sempre foi ressignificar e rebater a ideia que a mídia sensacionalista insistia em mostrar, que na Sussuarana só havia criminalidade, assassinatos e tráfico de drogas. Através dessas ações, mostramos que a periferia é repleta de artistas e amantes da arte, que na periferia se produz muito e com bastante qualidade”, diz produtor do Sarau da Onça Evanilson Alves.(MELO, S/D.).

Desde 2011, na localidade de Novo horizonte, bairro de Sussuarana, o Sarau da onça nasceu com a missão de despertar o orgulho dos jovens do bairro. Desenvolver no local o sentimento de que a periferia tem potencial para produzir a arte.

O movimento hip-hop é talvez o maior agregador como experiência de movimento social da juventude. Em suas diversas linguagens, grafite, break e a rima, reúne jovens de todas as regiões da cidade. Não é difícil encontrar grupos e cantores de RAP nos bairros populares, dançarinos de break ou street dance pelas ruas ou batalhas de rima(freestyle) em eventos organizados por eles mesmos.

Entre anos de 2010 e 2014, o projeto **Jovens sem vez e sem voz**, coordenado pelo professor Antônio Dias Nascimento, e vinculado ao programa de Iniciação Científica da UNEB, buscou compreender as ações dos pontos de cultura da cidade de Salvador que envolvessem a participação efetiva dos jovens. Dentre as várias atividades desenvolvidas nestes pontos, escolheu-se trabalhar com as ligadas à música por se tratar das que envolviam o maior número de participantes, dado constatado em consultas preliminares.

A pesquisa em questão investigou as ações desenvolvidas através dos Pontos de Cultura da Cidade de Salvador, que envolviam a participação efetiva de jovens nas áreas periféricas da cidade. Existe um programa governamental, atrelado ao Ministério da Cultura, denominado Pontos de Cultura, assim definido:

Qualquer entidade sem fins lucrativos, grupos ou coletivos, com ou sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades ou em redes. Suas ações atingem os mais diversos segmentos da cultura brasileira e estimulam novos arranjos econômicos.

Portanto, organizações que abrigam ações que contemplam diferentes atividades de apoio ao desenvolvimento cultural, com vistas à construção da identidade e o estímulo à cooperação entre elas, elaboração de possibilidades de expressão e afirmação da cidadania.

O objetivo foi identificar os grupos de jovens que desenvolvem atividades musicais em determinada área da cidade, atrelados ou não a um ponto de cultura “oficial”, identificando também as escolas públicas localizadas nessas áreas e se estas apoiavam atividades culturais. Para além disto, buscava-se compreender a relação destes jovens com a escola.

Durante a pesquisa identificou-se que a relação destes com a escola era de afastamento, diferentemente da música em torno da qual se organizavam. Eles viam a escola como espaço desinteressante e que inibiam a criatividade. Não viam estímulo para frequentar um local cujo modelo não os aceitava como são.

Ao longo da pesquisa, a área onde se conseguiu maior penetração foi o bairro de Cajazeiras, onde três escolas foram visitadas e mantido o contato com os respectivos administradores. Nessas instituições foram identificados projetos relacionados à música e juventude.

É a partir desses encontros que o hip hop se apresenta como esse elemento agregador dos jovens. Em cada escola ou ponto de cultura visitado esse era o ritmo que reunia o maior

número de participantes, além de notar-se o engajamento social dos envolvidos. Um movimento onde os jovens se expressam poética, política e artisticamente, através de temas polêmicos e letras marcantes, que falam da realidade e do cotidiano deles.

A experiência desses jovens nos grupos musicais revela múltiplos significados, interferindo diretamente na forma como se constroem e são construídos como sujeitos sociais e como elaboram determinada identidade individual e coletiva. (DAYRELL, 2002, p. 127).

Salvador possui uma efervescência cultural e musical por conta do movimento hip hop, existem manifestações espalhadas por quase todas as regiões periféricas da cidade. Eventos acontecem com frequência e são organizados pelos próprios artistas envolvidos. Eles expressam sua arte através do canto, dança e artes visuais, ou seja, rap, street dance e grafite, respectivamente.

No período da pesquisa citada, Salvador sediou um grande evento da cultura hip hop. O evento ocorrido no teatro Vila Velha reuniu pessoas ligadas ao movimento de várias cidades baianas, além de contar com convidados de outros estados como DJ Mandrake, de São Paulo, e Hot Black, de Aracaju.

A pesquisa citada trouxe elementos que comprovam a importância do movimento hip hop como uma das expressões culturais de maior relevância para a juventude contemporânea. Cultura essa que encontra nas periferias lugar de inspiração, retratando em suas poesias o cotidiano nas comunidades, denunciam a ausência do poder público e anseiam por dias melhores em seus lugares de convivência.

5.1 CAJAZEIRAS LÓCUS DA PESQUISA: DO BURACO DO TATU AO BAIRRO PLANEJADO

A região da cidade de Salvador conhecida atualmente pelo bairro de Cajazeiras possui uma história diretamente associada aos grandes quilombos que ocuparam a cidade, pois, neste território, as lutas de negros escravizados no período colonial se fez presente por dois destes espaços de resistência, o Quilombo Buraco do Tatu e o Quilombo do Orobu ou Urubu.

A segunda metade do século XVIII registrou um grande número de quilombos pelo país, principalmente na região Nordeste. É justamente neste período, por volta de 1744, que data o registro histórico do buraco do tatu, um grande quilombo, cuja área de abrangência ia

desde onde hoje se localiza o bairro de Itapuã até a estrada velha do aeroporto, chegando a parte do território atual de cajazeiras.

A importância e a dimensão deste quilombo pode ser compreendida na descrição de Santana:

Contudo, na cidade de Salvador, possivelmente, um dos quilombos o mais importante do período colonial, foi o Quilombo do Buraco do Tatu (1744-1764), situado às margens da estrada que ligava Campinas de Pirajá e a Vila de S. Amaro de Ipitanga. Este quilombo era bem protegido e defendido por “estrepes e armadias” escondidas nos matos que o circundavam, o que dificultava grandemente a aproximação de elementos estranhos, e das tropas das milícias da Capitania. Os primeiros registros sobre esse quilombo indicam que se formou em 1744, e já em 1760 possuía um grande número de habitantes. Situado entre Campinas de Pirajá (atual bairro de mesma denominação) e a Vila de S. Amaro de Ipitanga (atual município de Lauro de Freitas) (SANTANA 2005, p. 42-43).

Assim, fica evidente na história deste bairro sua ligação ancestral com quilombos, as terras, onde nos anos de 1980, nasceu um bairro planejado, é impregnada com a história de luta e resistência, que passa pelo Buraco do Tatu e pelo Orobu. Sangue derramado que marca o território hoje ocupado por um dos maiores bairros da América Latina.

5.2 CAJAZEIRAS, RECONTANDO SUA HISTÓRIA

Cajazeira possui uma topografia bastante acidentada, com colinas cuja altura chega até 70 m. Os vales são fundos e estreitos, com vertentes fortemente inclinadas. Esta situação geomorfológica orientou a ocupação apenas das encostas com declividades inferiores a 20%, considerando-se que o uso de áreas com declividades maiores exigiria um alto investimento em contenções e conservação, incompatíveis com o caráter do projeto, já que era destinado à população de baixa renda. (ALMEIDA, 2005, p. 66)

Um bairro planejado, distante do sufocado centro da cidade, era essa a intenção do poder público na concepção de Cajazeiras. Com isto, garantia-se a expansão da cidade em direção a chamada região do miolo, ainda ocupada por grandes fazendas. Assim, o Estado investe na concretização do projeto do novo bairro que já nascia com potencial para expansão, como aponta Tânia Scofield de Almeida:

O Projeto Urbanístico Integrado Cajazeira é iniciado em 1978, quando foram elaborados os estudos preliminares pela Hidroservice - Engenharia de Projetos LTDA, nos quais estavam definidas as diretrizes básicas que dariam a sustentação para os projetos setoriais, que, naquele momento, ainda estavam vinculados aos conceitos do Plano de Desenvolvimento Urbano da CEDURB. A expectativa do Governo em relação a esse projeto era a de implantar em Cajazeira um grande núcleo habitacional com serviços

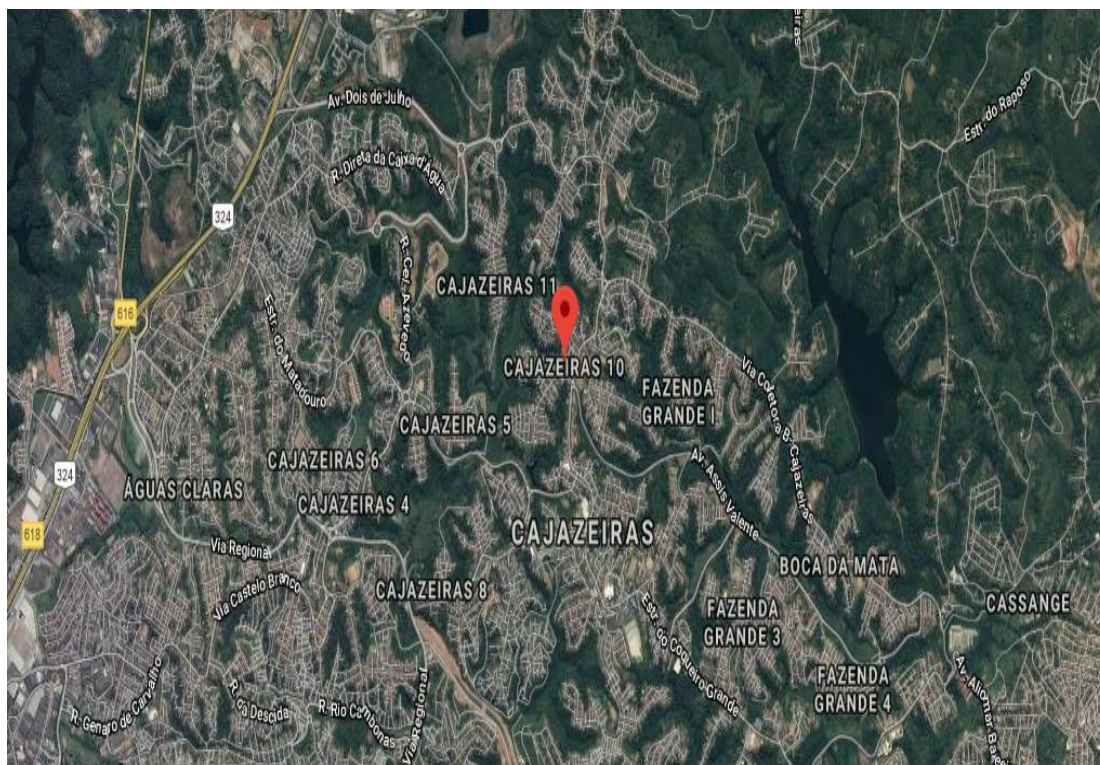
públicos e infra-estrutura, visando, assim, a criação de um novo polo de atração urbana. Essa ocupação teria o caráter de núcleo autônomo, ‘especialmente organizado’ e ‘capaz’ de conduzir o crescimento ordenado da cidade. O projeto apostava na integração dos núcleos existentes, como o bairro de Pau da Lima e os Conjuntos Habitacionais Presidente Castelo Branco e Sete de Abril. Essa integração constituía o conceito de proposta integrada em nível regional, estando vinculada às demandas provocadas com a implantação do CIA e COPEC, uma vez que se imaginava a repercussão - ou mesmo o impacto - desse projeto no entorno. Ainda, nessa política de integração se configurava a implementação de vias regionais, em nível metropolitano, que deveriam consolidar a relação de polarização, não apenas na área física, mas, também na econômica. Basicamente, os sub-pólos metropolitanos geradores de emprego referidos no projeto eram: CIA, CAB, COPEC e Área Central de Salvador. (ALMEIDA, 2005, p. 60-61).

Neste período, meados da década de 1980, o inchaço do centro da cidade fez com que o poder público começasse a pensar alternativas de deslocar a população. Assim como a maioria das capitais, a cidade vivia ainda as consequências do êxodo rural ocorrido entre os anos de 1960 e 70, o que contribuiu decisivamente para o aumento populacional. Desta forma, tem-se como consequência o aumento das periferias (invasões, ocupações desordenadas) destas grandes cidades.

É neste contexto que as unidades habitacionais são entregues pela URBIS - Habitação e Urbanização da Bahia. Projetou-se deslocar a massa populacional que já começa a ocupar o centro e mantê-la nesta localidade, para isso contava-se com o crescimento do comércio local, primordial para o desenvolvimento local. Como descreve Almeida:

Contudo, era nítida a intenção de fortalecimento de novas centralidades, de forma a evitar o desenvolvimento excessivo da área Central de Salvador, e, com isto, novas possibilidades de conter o crescimento desordenado – era esta a proposta. [...] Toda essa política de integração se justificava, por um lado, pela localização espacial do projeto. A área de Cajazeira está localizada no chamado “Miolo” de Salvador - entre a BR- 324 e a Avenida Paralela, com limites com a Bacia de Ipitanga e a Estrada Velha do Aeroporto. [...] Ainda, em termos regionais, era proposta a criação de um Centro Regional de Comércio e Serviço, localizado no entroncamento da BR-324 com a Via Aratu e se articulando ainda com a Via Regional. A criação desse sub-centro regional de comércio e serviços era entendida como estratégica em termos metropolitanos, estando também sustentada pela sua localização [...] (ALMEIDA, 2005, p. 61).

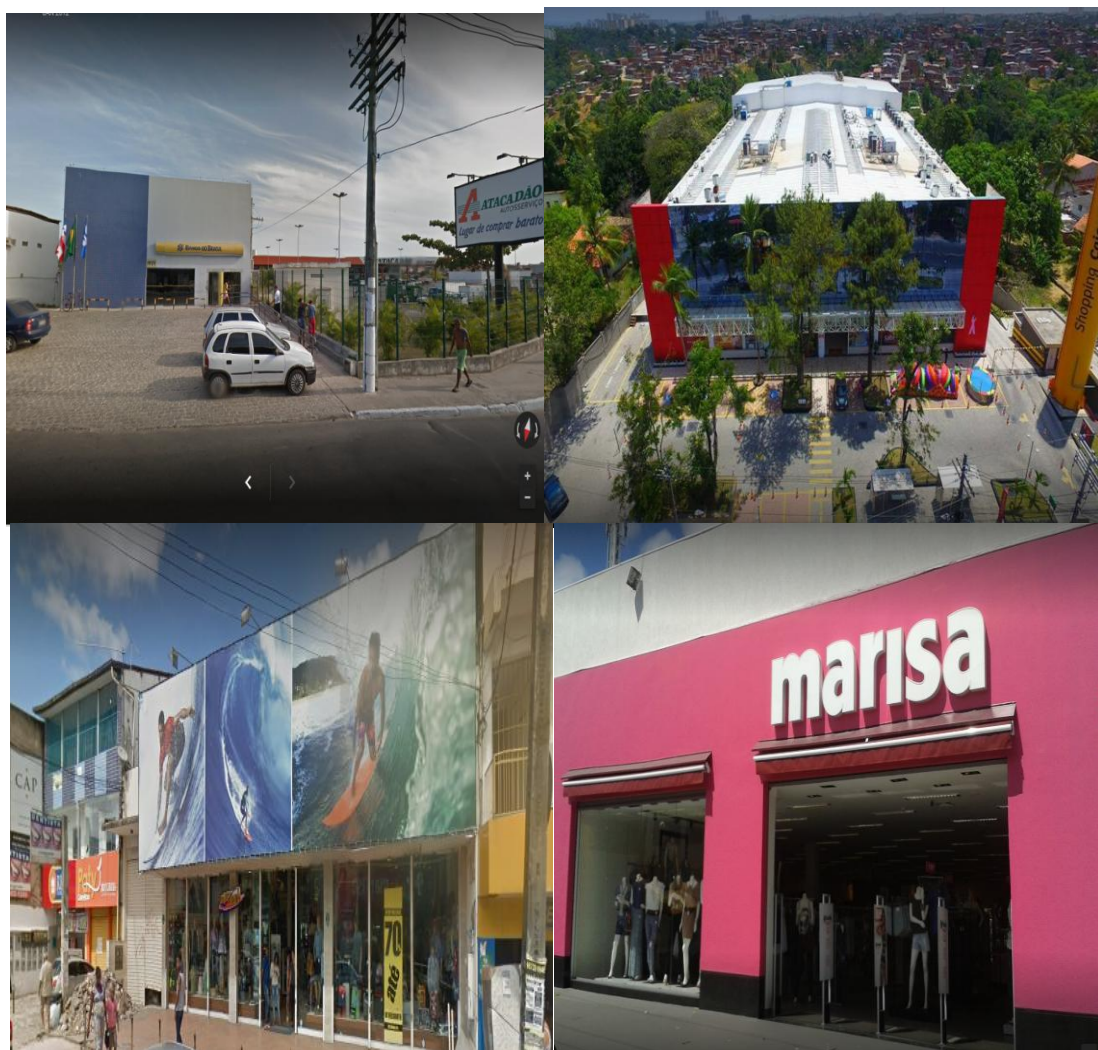
Figura 01 – Vista aérea do bairro de Cajazeiras – imagem do Google



Com o decorrer do tempo, e principalmente na primeira metade da década de 1990, o bairro que nasceu fruto de um planejamento encontra-se, atualmente, sofrendo com as mazelas típicas de periferias, uma realidade nas capitais brasileiras. O bairro cresceu e tomou proporções de uma cidade, um comércio pujante com moeda própria, escolas, hospitais, bancos e, mais recentemente, um shopping. Tudo isso aliado ao rápido aumento da população. Assim, Cajazeiras faz jus ao apelido dado pelos próprios moradores e que ganhou forças com o advento das redes sociais, *Cajacity*⁴.

⁴Apelido dado ao bairro pelos próprios moradores por conta das dimensões geográficas, faz alusão a uma cidade.

Figura 02 – O comércio diversificado do bairro de Cajazeiras – imagem do Google



A ocupação desordenada, com as chamadas invasões, mudou as características do bairro outrora planejado. As encostas e os terrenos alagadiços começam a ser ocupados, surgem os barracos de plástico e casas de taipa. Em consequência, ruas sem asfalto, calçamento ou esgotamento sanitário complementam o problema causado pelas invasões, refletindo o grave problema da falta de terra e moradia para o povo.

Rápido crescimento e ocupação desordenada culminam nos problemas supracitados, no entanto, o grande mal das periferias, e reflexo maior da ausência do Estado, é a violência, via de regra, causada pelo tráfico de drogas que costuma cooptar jovens e adolescentes inserindo-os cada vez mais cedo num contexto das facções que disputam o controle do tráfico bem

como confronto contra policiais. Este problema faz parte do cotidiano dos bairros populares e tem como uma das suas faces mais cruéis a cooptação dos adolescentes e jovens.

Cajazeiras cresce muito, no entanto, um crescimento desordenado, principalmente no que se refere as ocupações irregulares, moradias em encostas ou terrenos alagadiços. Um comércio pujante com bancos, supermercados e grandes lojas de varejo, além de contar com clínicas, hospitais, maternidade, cartórios e etc.

Figura 03 – O comércio diversificado do bairro de Cajazeiras – imagem do Google



Proporcionalmente a esse crescimento veio o aumento da violência, fazendo com que o bairro perdesse a calma que fazia lembrar as cidades do interior, estas também acometidas pela violência. Via de regra, este quadro se deve ao aumento do tráfico de drogas e o aparecimento, nos últimos anos, de facções que brigam pelo controle desse tráfico.

Não é difícil encontrar moradores antigos que estão amedrontados e perplexos com a situação do bairro outrora tranquilo. Conversando com meus pais, vizinhos ou com amigos com os quais convivia, são diversos depoimentos de quem presenciou alguma cena dessa violência que, infelizmente virou rotina.

Entre os anos de 2016 e 2017 a violência no bairro aumentou consideravelmente. Homicídios, mortes violentas atribuídas ao tráfico engrossaram esta estatística. Como pode ser visto em matéria veiculada na versão online do jornal Correio com o título “Mil Vidas: Cajazeiras lidera ranking de bairros com mais mortes violentas”, se referindo a quantidade de mortes violentas no bairro.

O tráfico é intenso em todo o Brasil e na Bahia não seria diferente. A declaração é do titular em exercício da 13ª Delegacia (Cajazeiras), Roberto Alves, e talvez explique por que o número de homicídios dobrou de um ano para outro na região, entre os primeiros mil homicídios de 2017. Cajazeiras registrou, entre 1º de janeiro e 13 de junho, 30 homicídios - é topo do ranking dos bairros com os primeiros mil homicídios do ano em Salvador e Região Metropolitana. (CORREIO, 04/07/2017).

Pude ver de perto a mudança dos hábitos, portas e janelas antes abertas até tarde da noite, bate papo nas esquinas, o baralho que varava a madrugada ou o dominó em frente ao boteco, são cenas cada vez mais raras.

Mas, é em meio a tudo isso, ao panorama negativo, que vem o balsamo de esperança, com projetos sociais nascidos no seio da comunidade e principalmente da juventude local. Projetos ligados a arte (música, dança, poesia...), bem como os ligados a educação, onde o Quilombo do Orobu ocupa lugar de destaque.

É importante ressaltar o valioso trabalho desenvolvido pela ONG Casa do sol, que há mais de 20 anos vem contribuindo diretamente para proporcionar um futuro melhor pra crianças do bairro e suas famílias. Há 21 anos esta casa vem mudando a vida das crianças atendidas, bem como de suas famílias. A casa do sol nasce com essa vocação, como ressalta Cintia Seibert Santos:

A creche deve garantir às crianças uma alimentação saudável e nutritiva, tratamento médico e odontológico, instruções adequadas à faixa etária, preparação para ingresso na escola regular e, acima de tudo, calor e ajuda humana. Cada criança que vem ao mundo tem este direito. É vergonhoso que aqui ou em qualquer outra parte do mundo as crianças sejam privadas de tais direitos (**Tradução nossa**). (SANTOS, 2008, p. 66).

Este é um trecho de uma carta enviada à Itália por padre Luís Lintner, então pároco da Cajazeira V em busca de financiamento. Este padre, juntamente com a missionária italiana Giusepina Rabiose, idealizou o projeto de uma instituição que começou como creche e centro comunitário, mas ao longo dos anos se tornou uma das ONG mais importantes da cidade de Salvador, tendo sido vencedora em 2007 do prêmio Itaú Unicef como melhor instituição do Norte Nordeste trabalhando com crianças e adolescentes.

Figura 04 – Fachada da ONG Casa do Sol, em Cajazeiras V – imagem do Google.



É neste espaço acolhedor que o Quilombo do Orobu encontra guarida, a casa onde mora o sol (nome de um espetáculo teatral que comemorou os 10 anos da organização) e que abriga os sonhos de dezenas de crianças, acolhe um curso popular e passa a fazer parte dessa história.

6 RESISTÊNCIA E OUSADIA - FORMANDO PARA A VIDA

Este capítulo pretende recontar a história dos dezoito anos do curso popular Quilombo do Orobu. A relação com o quilombo histórico, suas simbologias e raízes aparecerão através dos documentos oficiais do curso, bem como nos trechos das entrevistas realizadas, visando assim, demonstrar que o Orobu é muito mais que um pré-vestibular, com os resultados de uma formação para além da preparação para os processos seletivos das universidades.

Ao longo destes quase vinte anos ajudou a mudar o perfil da universidade, pois contribuiu diretamente no acesso de negros e negras da periferia nesta, além de proporcionar uma formação para além da preparação para os processos seletivos das universidades. Isto fica evidenciado nos depoimentos que aparecerão ao longo deste capítulo.

6.1 DA DENOMINAÇÃO SIMBOLOGIA

Para a escolha do nome do projeto que acabara de ser criado, recorreu-se a história do local. “No processo de reflexão sobre a história da região descobriu-se que no passado, mais precisamente na segunda década do século XIX, havia ali um quilombo”. (RODRIGUES, 2008, p. 16). Neste processo o trabalho do professor Walter Passos foi essencial, como pode ser observado no trecho a seguir:

Quanto à denominação *Quilombo do Orobu*, trata-se de uma referência ao Quilombo histórico, originalmente localizado na região de Cajazeiras na segunda década do século XIX. Existem várias interpretações sobre o termo *Orobu*. Para o historiador Walter Passos este nome está associado à “[...] lagoa do Orobu em Cajazeiras [...] a estrutura desta comunidade era baseada no culto dos ancestrais africanos (Orixás, Nkisis ou Vodunsis)” (PASSOS, 1996, p.27).

Inspirados pela descoberta da história de seus ancestrais e tendo escolhido o nome que os homenageava, o grupo de jovens envolvidos neste processo resolve que era necessário o uso de um símbolo que representasse essa história de luta e resistência.

Figura 05 – Símbolo do Curso popular – criação coletiva do grupo fundador do projeto.



Este símbolo foi criado coletivamente e tem a seguinte representação: (arco e flecha representam a História de resistência do Quilombo –A luta de Zeferina que resistiu até o fim com arco e flecha nas mãos, representa também Oxóssi guerreiro; O machado representa Xangô; Os búzios geralmente utilizado nas religiões de matriz africana como oráculo; Espelho: o processo de afirmação étnico-racial e também Iemanjá; Lápis: a estratégia da educação para atingir o alvo: tendo como objetivo, assim como o quilombo histórico, “tomar a cidade” (poder para o povo negro/liberdade).

A alusão no símbolo adotado pelo curso refere-se a vários símbolos que remetem as religiões de matriz africana e encontra embasamento histórico nos estudos de Walter Passos. O Quilombo do Urubu “[...] foi uma revolta religiosa dos adeptos do candomblé contra a escravidão em 1826 na cidade de Salvador” (PASSOS, 1996, p. 27).

Algum tempo depois, aproximadamente quatro anos, em complemento ao símbolo foi discutida a criação de uma frase, um “slogan” que dialogasse com o passado e presente do pré-vestibular, algo que representasse sua atuação na comunidade.

A frase usada retrata a identidade do curso, assim como o símbolo, também foi criada coletivamente: **“História e ousadia, resistência na periferia”**, foi formulada no ano de 2005. Em 2006 o quilombo organizou uma viagem para Brasília-DF, com o propósito de participar de uma mobilização pela *aprovação do estatuto da igualdade racial, um projeto defendido pelo, então, deputado federal Luís Alberto*. Nesta mesma ocasião lutava-se também pela ampliação do sistema de cotas. Esse evento marcou o uso desta frase numa camisa, que foi usada na viagem passou a ser utilizada pelos estudantes do curso. Além desta frase, que virou a marca do Quilombo, nesta viagem a Brasília, um “grito de guerra” foi entoado e virou coro dos representantes do estado da Bahia na capital federal. **“Chegou a turma da Bahia, nós queremos contas para entrar na academia, ai ai entrar na academia, nós queremos cotas para entrar na academia”**.

Figura 06 – Frase estampando a camisa – criação coletiva do grupo fundador do projeto



O curso popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu foi fundado em 1999 por jovens que se reuniam por causa da PJMP e, também, pela influência de alguns membros desse grupo que tinham sido alunos (as) do Steve Biko. Nasceu como parte da Associação Quilombo do Orobu, um projeto mais amplo e que tinha como intuito a formação educacional e profissionalizante da juventude do bairro de Cajazeiras e adjacências para processos seletivos, a exemplo dos vestibulares, bem como a capacitação para o mercado de trabalho. Gilmar Rodrigues, membro do grupo fundador descreve em sua pesquisa o papel da Associação:

Baseados na metodologia e ação da PJMP que, compreendia a juventude enquanto protagonista do processo histórico e num modelo de educação popular, buscou-se inicialmente realizar ações sócio-educativas e de geração de renda alternativa na perspectiva da economia solidária (grupos de estudos e oficina de serigrafia e corte costura respectivamente). Pretendia-se ainda desenvolver outras ações sócio-culturais tais como: biblioteca, rádio comunitária, inclusão digital e apoio à arte afro-popular. (RODRIGUES, 2008, p. 16).

Algumas destas oficinas funcionaram por alguns meses como serigrafia e corte e costura, no entanto, foi o pré-vestibular a ação que se perpetuou, transformando-se na mola propulsora da Associação. Para alcançar o referido êxito, o pré-vestibular recebeu ajuda dos que viriam a se tornar verdadeiros parceiros. São eles: um padre, uma missionária e uma ONG.

Contando com o apoio do padre Luís Lintner, então pároco da Paróquia Santíssima Virgem de Nazaré, igreja católica da Cajazeira V., Padre Luís teve sua vida ceifada pela violência que ele tanto combatia, foi assassinado no ano de 2002. Ele intercedeu junto a diretora da ONG Casa do Sol, Giusepina Rabiose, para que cedesse o espaço para o funcionamento do que seria um curso popular de pré-vestibular.

A ideia era contribuir para que jovens do bairro de Cajazeiras e adjacências se preparassem para o vestibular, buscando, assim, o seu ingresso na universidade. No entanto, esse curso nasce com a proposta de ser ir além do conteúdo para a prova do vestibular. Baseado numa proposta pedagógica diferenciada tinha o propósito de ter como foco, o trabalho de conscientização de raça e de gênero.

A inspiração dos trabalhos realizados pela PJMP, associada a experiência no Steve Biko, encorajaram o grupo a ousada iniciativa de implantar um curso popular de pré-

vestibular. Um projeto que pudesse despertar no jovem, morador de Cajazeiras e adjacências, o sentimento de que a universidade era algo possível.

O intuito era a criação de um curso calcado nos pilares da educação popular, possibilitando a juventude local não só sonhar com uma vaga na universidade, rompendo a barreira do vestibular, mas ter contato com discussões sobre a realidade social, questões de gênero e raça. Pretendia-se um pré-vestibular diferenciado, fora dos padrões de um cursinho comercial.

Para que a ideia fosse concretizada, o passo inicial era um local para o funcionamento. Não havia espaço disponível e aparecia o primeiro entrave, diante de tal dificuldade a busca por parcerias parecia uma solução. Foi assim que chegaram ao padre Luís Lintner, então pároco da igreja Santíssima virgem de Nazaré, na Cajazeira V.

Havia nesta paróquia, ao lado da igreja, um centro comunitário com nome de Casa do sol, e que depois se tornaria uma organização independente, este funcionava como creche. As atividades da creche se encerravam as 17 horas estando, portanto, este espaço livre no turno da noite. Enxergou-se aí uma solução para a questão do espaço. Assim, os jovens envolvidos na criação do cursinho apresentaram ao padre Luís o que tinham em mente.

Era necessário conseguir que, além da concordância do padre, houvesse também o aval da diretora da Casa do sol, a missionária italiana Giusepina Rabiose. Pina, como é carinhosamente chamada, não teve objeções e estava resolvida a questão do espaço para a realização das aulas.

O novo desafio era o quadro de professores, sem recurso para pagar salário, tiveram que apelar para o voluntariado. Inicialmente, foram contatados os amigos que estavam ou tinham acabado de passar pela universidade para que pudessem ser facilitadores nas disciplinas. Assim reuniram um grupo com o qual já era possível começar o trabalho.

O curso começou a funcionar em meados do ano de 1999, já no ano 2000 passou a contar com mais colaboradores. O ano seguinte já exigiu um planejamento das atividades, era preciso chegar ao público pretendido. Foi pensada a estratégia de divulgação com carro de som, além de cartazes, panfletagem e o boca a boca.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o Orobu não contou com colaboradores para todas as disciplinas, assim, foi oferecido o que era possível, era o embrião de uma ideia

virando realidade, e mesmo com todas as dificuldades de uma organização baseada no voluntariado, o projeto ganhou “corpo” e novos adeptos, pessoas que aderiram a causa daquele grupo de jovens.

Com o tempo o cursinho foi sendo estruturado, estabeleceu-se um valor para a contribuição mensal, algo em torno de 5% do salário mínimo vigente. Era preciso recurso financeiro para tocar o projeto, uma estrutura mínima era necessária como quadro e material de suporte, papel A4, canetas, cópias de textos que seria utilizado e etc. Por isso não havia condições de que o curso fosse totalmente gratuito.

O curso foi pensado para funcionar em auto-gestão, tudo seria custeado com a contribuição mensal dos estudantes. Os professores receberiam uma ajuda de custo para lanche e transporte por visita e não por hora aula. Além disso, era preciso pensar na estrutura administrativa, inicialmente formada pelos próprios fundadores.

Com o passar do tempo, o pré-vestibular foi ganhando forma e essa estrutura administrativa precisava ser melhor organizada, pensou-se em duas instâncias para gerir o curso, a coordenação executiva, formada por três pessoas responsável pela demanda diária, e o conselho deliberativo, formado pelo grupo fundador, ex alunos e a própria coordenação. Todos estes sem nenhuma remuneração, ou seja, auto-gestão e protagonismo.

Quando o projeto ganhou corpo e começou a ficar conhecido no bairro, a procura tornou-se maior que a capacidade de acolher. Desde o início foi pensada uma forma de ingresso que consistia numa redação, cujo tema era sempre pensado de acordo com a realidade desta juventude de periferia. E também uma entrevista individual que era feita por membros do grupo fundador e por professores. Esta tinha como intuito conhecer o perfil sócio econômico, embora sabe-se da realidade dos que vivem no bairro de Cajazeiras e adjacências, como também sondar se esta pessoa tinha algum tipo de engajamento social.

O que, nos três primeiros anos, era uma forma de conhecer o estudante do quilombo, tornou-se uma forma de processo seletivo. Pelo fato de funcionar num espaço cedido pela Casa do sol, cuja parceria viabiliza até hoje o funcionamento do curso. Este espaço passou a não dar conta da demanda, a procura aumentou consideravelmente.

A sala ocupada pelo quilombo na casa do sol comportava confortavelmente no máximo 70 pessoas. Entre anos de 2005 e 2010 registrou-se uma média de 130 inscrições, fato que

tornou seletivo esse processo antes de conhecimento. Para isso foi preciso pensar em critérios dessa indesejada seleção. Indesejada, pois a vontade era acolher a todos(as) que queriam, com a nossa ajuda, adentrar o espaço acadêmico.

Na impossibilidade de absorver tantos estudantes por falta de espaço físico, os critérios escolhidos pra fechar a quantidade possível foram: não trabalhar em horário que levasse a perder parte das aulas ou dias inteiros, a exemplo de quem trabalha em troca de turnos; morar distante, do curso o que acarreta dificuldade de deslocamento, principalmente pelo horário de termino das aulas, que nos primeiros anos era até as 22:30; estar cursando o ensino médio, pela dificuldade de conciliar as duas atividades.

Esses “critérios” eram uma forma de justificar o que para nós era sacrificante, deixar de atender pessoas que buscavam no Quilombo do Orobu a tão sonhada oportunidade. No ano de 2006 fizemos uma tentativa de acolher o máximo possível de estudantes e realizamos 100 matrículas. Essa tentativa provou ser inviável, pois, nos dois primeiros meses de aula, tivemos vários problemas com as condições em sala. Calor excessivo, ambiente propicio a dispersão e até falta de material para dar conta de tantos alunos.

A partir de 2011 e 2012 essa realidade mudou, a média de inscritos caiu para 70 por ano com pouca variação até 2016. Em 2015 a necessidade de uma redação foi retirada, entende-se que isso era um fator que causava um certo temor entre os estudantes. Nos anos de 2017 e 2018 a média de inscrições caiu para 60. Esse baixo número não exclui a entrevista individual.

Neste processo descrito de recepção aos novos estudantes, vale ressaltar, o que chamamos de dia do acolhimento. Geralmente realizado num domingo pela tarde, consistem em um momento de interação com os recém-chegados. Costuma-se apresentar a história do curso, intercalando com apresentações de música e poesia, além de depoimentos de egressos. Tem por finalidade mostrar a “cara” do Quilombo do Orobu, e pode-se perceber seu efeito no depoimento de Vanessa Coelho:

O quilombo tem uma configuração própria, no sentido de ter pessoas que estão na academia, mas não se reduzem só na academia, se mobilizam dentro da periferia. Percebemos a proposta diferente no dia do acolhimento, quando ouvimos poesias, quando ouvimos que é um curso que visa contribuir para a juventude negra entrar na universidade, a gente já começa a perceber que esses aspectos são só do Quilombo do Orobu, a gente entende o diferencial e a proposta. (VANESSA COELHO, depoimento ao autor, 2018)

O Quilombo do Orobu se mantém, desde então, sem nenhum tipo de apoio externo, é o voluntariado e a retroalimentação que fizeram e fazem o curso caminhar nestes 18 anos de história.

O corpo docente atual é formado por vários egressos (as) do curso, que retornam para ajudar o curso e, conseqüentemente, contribuir para que outros (as) da comunidade adentrem o espaço acadêmico.

6.2 PROTAGONISMO E COLETIVIDADE

O curso é estruturado da seguinte forma: Conselho, coordenação (conselho de classe), docentes e discentes. O conselho é a instância formada por ex alunos, professores, membros do grupo fundador e pode agregar pessoas da comunidade que queiram se integrar ao projeto e contribuir com o trabalho desenvolvido. Este se reúne mensalmente para um acompanhamento e resolução de possíveis problemas. É neste conselho que se tomam decisões sobre mudanças no projeto é, portanto, uma instancia deliberativa.

A coordenação teve sua nomenclatura modificada durante o planejamento do ano de 2018 e passou a se chamar conselho de classe. Essa instancia fica responsável pela rotina diária do curso. Geralmente formada por três estudantes que assumem as pastas do financeiro, recolhendo a contribuição mensal dos estudantes, fazendo o repasse da ajuda de custo dos professores e cuidando dos materiais didáticos. A pasta de alunos, cuidando da lista de presença, fazendo o acompanhamento da frequência e se colocando à disposição para quaisquer demandas relativas à turma. A pasta dos professores fica em contato com os docentes para providenciar materiais que serão utilizados em sala, fazer as confirmações de aula, intermediar contato ente estes.

Apesar desta divisão, o trabalho é conjunto e se complementa, todos se ajudam. Com a finalidade de organização, existem as pastas para cada um dos que compõem o conselho de classe.

Esta organização se dá seguinte forma: No início de cada ano letivo existe um momento para avaliação e planejamento, são discutidos e avaliados todos os pontos relativos ao ano

anterior, considerando todas as atividades dentro e fora do espaço do curso. Assim como é feito um plano para o ano que se inicia.

Neste planejamento são consideradas as atividades internas e externas. A começar pela divulgação das inscrições, dia do acolhimento (pensando a parte lúdica e a parte operacional) e aula ou semana inaugural (dependendo do que seja decidido para aquele ano). As reuniões do conselho, que acontecem no primeiro domingo de cada mês. As reuniões pedagógicas, que ocorrem no terceiro domingo. Estes momentos só são alterados caso surja demanda emergencial.

Em seguida, são pensadas as atividades extracurriculares, aulão interdisciplinar e simulado. Outros dois momentos merecem atenção especial, que é o julho das pretas e o novembro negro, cujas programações são apontadas para que sejam discutidas e elaboradas ao longo do ano. Também são considerados de extrema importância a participação nos eventos construídos pelos principais parceiros do Orobú dentro do bairro de Cajazeiras, que são a Casa do Sol e o JACA – Juventude Ativista de Cajazeiras.

No estatuto encontram-se os objetivos do projeto, a descrição da estrutura organizativa detalhando o papel de cada uma das instâncias que o compõem. Ainda neste documento constam os direitos e deveres dos membros do projeto. Segundo o Estatuto, o curso popular tem por finalidade, entre outros pontos:

- 1- Contribuir com a preparação de jovens da periferia de Salvador para o ingresso em Instituições de Ensino Superior, com base nos princípios de um estudo solidário, estimulando nos (as) educandos (as) e educadores(as) a visão e valorização da coletividade;
- 2- Promover, difundir e proporcionar a integração cultural, étnico-racial, de gênero e social entre a instituição, seus membros, outras com as mesmas finalidades e os demais segmentos da sociedade.

O Quilombo do Orobú possui um regimento interno, neste documento estão listados os critérios que regem a organização do pré-vestibular. O papel a ser desempenhado por docentes e discentes para a manutenção do projeto, bem como as regras relacionadas a parceria com a ONG que cede o espaço para o funcionamento do curso. Como pode ser observados nos itens a seguir transcritos do documento:

II – DO CORPO DISCENTE

5 – O Curso Popular tem um programa de formação para a Cidadania e Consciência Negra (CCN) que é paralelo ao programa de aulas.

7 – Será indispensável diariamente e a cada aula, responder a chamada, já que isto servirá como prova documental de sua assiduidade

8 – Não será permitida a permanência fora da sala de aula durante a presença do professor, monitor ou atividade substituta.

IV – DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

13 - O (a) estudante deverá zelar pelos bens móveis e imóveis, bem pela conservação e limpeza do ambiente (sala, corredor, bebedouro, banheiros etc.), restituindo a parte concedente qualquer dano causado.

Há também um documento denominado Princípios de Estudo Solidário. Neste constam alguns normas de boa convivência, sugestões de atitudes respeitadas para com o outro e para com o espaço. Deixando clara a discordância do quilombo com qualquer tipo de postura preconceituosa. Como no trecho do item “em relação ao outro”:

*Não inibir os colegas com brincadeiras por ele ter tido a coragem de fazer uma pergunta;

*Não antecipar assuntos que não estão sendo discutidos ainda, só por que tive ou tenho tempo de estudar mais que os outros ou por já saber do assunto e egoisticamente não me sensibilizar que o outro nunca teve oportunidade de ver tal assunto;

O PPP, como citado anteriormente, está em construção, esse processo começou em agosto de 2017. Após uma reunião do conselho foi deliberada que se faria uma consulta aos diversos públicos que formam o Quilombo do Orobu. A forma pensada para garantir a participação do maior número possível de pessoas que tinham alguma ligação com o curso foi a aplicação de um questionário online. Este foi elaborado pelo grupo responsável por tocar essa demanda. Foram coletadas informações que auxiliaram na construção desse documento. Cerca de sessenta questionários foram respondidos, e essas repostas contribuíram diretamente para o PPP, pois mostrou anseios e opiniões de pessoas que fizeram e fazem parte do projeto.

6.3 O LEGADO DE ZEFERINA

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio, ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela.

A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha recolhe em si fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minhas filhas e fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade. (Conceição Evaristo)

A força da ancestralidade representada na narrativa feminina, o eco de lamento, de dor, de protesto, contudo o eco que ressoa liberdade. Protagonistas, assim são as mulheres no processo histórico, embora a nossa historiografia oficial teime em negar isto.

No quilombo histórico, representadas por Zeferina, e no quilombo contemporâneo por todas que escutaram o eco de liberdade e, inspiradas por suas raízes, buscam ocupar o devido lugar de destaque.

Assim, como na população brasileira, como na maioria dos espaços educacionais, e na sociedade brasileira, no Quilombo do Orobu as mulheres são maioria. Desde a sua fundação houve uma presença feminina marcante.

Isso se reflete entre os sujeitos envolvidos nesta pesquisa diretamente, ou seja, entre as pessoas entrevistadas a maioria são mulheres. Eliane Moreira, Lícia Rodrigues, Vanessa Coelho e Viviane Marcelina representam neste trabalho a história das mulheres quilombolas, que lutam de cabeça erguida desde Maria Zeferina, rainha do quilombo histórico do Orobu.

É dessa força ancestral vinda de Zeferina, que as mulheres precisam para combater a realidade atual de violência que as acomete. Desde 2015 o feminicídio passou a ser considerado crime hediondo, mas, infelizmente, os dados desse tipo de violência só cresceram nos últimos três anos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017 registrou uma média assustadora de 94 assassinatos por mês, 12 por dia.

Ressaltando que nessas estatísticas as mulheres negras são maioria. Divulgado em junho, o Atlas da violência 2018 do IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, demonstra que no período de dez anos, compreendido entre 2006 e 2016, o número de mortes violentas de mulheres brancas diminuiu 8% e de mulheres negras cresceu 15,4%.

Em 2018, ano em que concluo esta dissertação, os crimes de feminicídio ocupam com indesejada frequência os meios de comunicação.

Notícias sobre crimes brutais contra as mulheres foram as de maior repercussão, principalmente pelas repetidas vezes em que mais alguém morria pela condição de ser mulher.

Embora exista legislação, Leis como a Maria da Penha, uma secretaria de políticas para as mulheres, e iniciativas como a do Ministério Público da Bahia, que adotou a campanha “Feminicídio: uma realidade que queremos acabar”. Se faz necessário uma mudança de postura, de atitude. Campanhas educativas, nas diversas mídias ou nas escolas não surtirão efeitos sem conscientização no meio familiar, na forma como se educa para a vida.

Que possamos buscar inspiração na Força, vigor, sabedoria, inspiração, atitude, resiliência. Características presentes desde a experiência dos 68 anos em Licia e os anseios dos 19 anos em Vanessa.

Que nossas guerreiras resistam, hoje não pelo arco e flecha, com os quais Zeferina lutou, mas com as outras armas como o conhecimento e a informação.

Lutemos contra o feminicídio, contra o machismo entranhado e tido como “cultural” em nossa sociedade, é uma missão de todos nós.

6.4 RECRIANDO CAMINHOS, TRANSFORMANDO VIDAS

Os processos educativos desenvolvidos no Quilombo do Orobu contribuem diretamente no processo de conscientização dos sujeitos. As pedagogias influenciadas pelas bases da educação popular colocam em prática o que preconiza no seu Estatuto. Artigo segundo:

2. Estimular entre seus membros visões críticas e de cunho político-social, para que os mesmos possam posicionar-se diante das desigualdades que cercam a comunidade;

3. Promover, difundir e proporcionar a integração cultural, étnico-racial, de gênero e social entre a instituição, seus membros, outras com as mesmas finalidades e os demais segmentos da sociedade.

Isto se confirma pelas entrevistas realizadas. Pessoas que vivenciaram períodos diferentes do curso, mas que possuem opiniões semelhantes quanto a importância do Orobu em suas vidas.

As entrevistas aconteceram entre os meses de abril e maio do ano corrente. A primeira entrevistada foi Eliane Moreira, ela acompanhou o início do curso, sua irmã foi do grupo fundador. Eliane frequentou o curso nos anos de 2002 e 2004. Tem 34 anos. Em sua história precisou adiar o sonho da universidade por alguns anos após tentar o vestibular nos anos em que fazia o pré-vestibular e não obteve êxito. Por conta da necessidade de trabalho, optou por um curso técnico pela possibilidade de inserção rápida no mercado de trabalho.

No ano de 2017 formou-se em pedagogia e atualmente trabalha numa ONG no bairro de Águas claras, onde atua como educadora social e também faz parte da gestão. O sonho da universidade foi adiado, mas, não deixado de lado:

Depois de sair do cursinho tive que dar conta de demandas de vida, família, trabalho. Depois fiz um curso técnico visando ter um trabalho e a faculdade teve que esperar, só depois de uns 8 a 9 anos voltei a estudar pensando numa faculdade. Hoje tô formada em pedagogia. Infelizmente não foi uma pública, foi uma particular, mas isso não me deixa triste. Era o curso que eu queria, mesmo com todos esses problemas na caminhada eu sou feliz com as minhas escolhas. Educadora popular: é assim como eu me intitulo... não gosto de ser chamada de professora, embora seja pedagoga. Sou educadora popular, social, gosto de trabalhar com a realidade dos jovens. Minha história é base do Quilombo do Orobu e o movimento social no meu bairro, Águas claras. (ELIANE MOREIRA, depoimento ao autor, 2018)

Esta é a realidade da maioria de jovens negros e negras, moradores das periferias, que, assim como Eliane, tem que adiar o sonho de estudar ou, muitas as vezes, até abandoná-lo pela urgência em acessar o mercado de trabalho. Via de regra, este trabalho é para complementar a renda da família, na realidade da periferia geralmente a mulher é chefe de família. Eliane pontuou “minha mãe criou três filhos sozinha”.

Outra entrevistada foi Licia Rodrigues, 68 anos. Resolveu voltar a estudar quando estava já próxima dos 60 anos e foi no Quilombo que encontrou essa oportunidade. Licia foi estudante de 2006 a 2008. Em 2009 ingressou na UNEB no curso de Turismo e Hotelaria. Atualmente continua pensando em estudar, pretende fazer outra graduação. No ano de 2017

passou a integrar o grupo que está formulando o PPP do curso. Soube da existência do Quilombo na época em que buscava um pré-vestibular e, inicialmente, escolheu-o pela proximidade de sua residência. Ao conhecer encantou-se com a proposta e criou total identificação.

Eu estava precisando me refazer, eram muitos anos sem estudar, praticamente 30 anos, mas eu achei que era hora de voltar e, pensei eu tenho que voltar. Com a oportunidade de um curso preto de casa foi muito bom, chegando aqui vi que ia além do conteúdo tradicional, lembro das palestras da semana inaugural que proporcionou outros saberes, foi muito bom. Eu queria ampliar meu conhecimento e quando cheguei aqui foi a oportunidade, porque muitos professores com a cabeça aberta, casou o que eu queria, minha expectativa, pra mim foi perfeito...a maneira como é conduzido é perfeita, não reprime ninguém, tá sempre aberto...é o que todo mundo espera, chegar num espaço e ser acolhido. (LICIA RODRIGUES, depoimento ao autor, 2018).

A entrevistada Vanessa Coelho tem 19 anos, estudou no curso em 2015, no ano seguinte ingressou na UFBA no curso de Ciências Sociais, atualmente está no quinto semestre e acaba de iniciar sua trajetória docente com professora de Sociologia do curso. Passou pela experiência de fazer parte da coordenação do curso e atribuía essa vivência um amadurecimento para a vida. Vanessa relata que o Quilombo mudou completamente suas concepções, passou de menina tímida e pouco preocupada com questões sociais a militante da causa feminista e poetisa.

Eu pensei o que se pensa de um pré-vestibular, era pra estudar, absorver conteúdo e passar no Enem, entrei prevendo isso e esperava encontrar isso. No início tive estranhamento, poxa, tem que falar de racismo toda hora...rsss eu ficava incomodada, até que depois de um tempo, eu mudei completamente, isso é o quilombo...rsrsrs, muda a gente. Uma palavra que define bem o quilombo em minha vida é retomada, parece que disseram assim: tome, assumo seu legado, sabe?...Tudo que eu vivi no quilombo eu não vivi por mim, foi por meu pai, minha mãe, pelos meus...acho que o quilombo fez foi...fazer com eu resgatasse minha identidade, pra que eu recriasse caminhos, e... minha perspectiva, é como a ave sankofa, sabe?! com a cabeça virada pra trás na minha ancestralidade, mas sempre andando pra frente. (VANESSA COELHO, depoimento ao autor, 2018).

Fábio José, 35 anos foi estudante entre 2004 e 2006. Foi membro da coordenação nos anos de 2005 e 2006 e fez parte também da gestão da Associação. Concluiu uma graduação tecnológica em segurança do trabalho. Participou do movimento pela aprovação do Estatuto da igualdade no Distrito Federal e relata que o curso abriu sua mentalidade e se tornou pra ele uma nova família.

Tive várias oportunidades nesse curso popular, ele abriu várias portas. Em umas delas tivemos em Brasília no movimento pro cotas um grande protesto. Isso marcou muito minha vida. Eu sou uma pessoa muito grata pelas pessoas que conheci lá, hoje muitas delas fazem parte da minha vida. Lá desenvolvi meu senso crítico, muitas coisas que passavam em branco hoje consigo avaliar e questionar sobre determinado assunto. Vivíamos como família e a nossa realidade fazia com que passássemos dificuldades, mas sabíamos que ficar juntos nos tornava mais forte. (FÁBIO JOSÉ, depoimento ao autor, 2018).

O entrevistado Marcio Matos tem 33 anos, estudou no curso entre 2005 e 2008. Nesse período fez parte da coordenação nos anos de 2007 e 2008. Ingressou na UFBA no ano de 2009 para cursar física, e em 2011 já dava aula no curso. Desde então, é professor engajado e membro do conselho onde se faz bastante atuante. Teve sua formação com educador forjada no Quilombo, onde relata ter aprendido sobre suas raízes.

De princípio minha primeira expectativa de participar do quilombo era para ter êxito em conseguir cursar uma universidade pública por não ter condições de custear uma faculdade privada. Mas, em pouco tempo, comecei a ter acesso a atividades promovidas pelo quilombo, onde passei a ter conhecimento tanto de temas relacionados com a juventude negra, como também aos aspectos políticos e sociais. Acredito que o quilombo teve um papel fundamental na minha formação; tanto como um homem negro, conhecedor de suas origens e fortalecido para continuar a lutar por uma sociedade melhor; como um educador que tem o objetivo de formar novos cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade, sempre atentos as questões sociais. (MÁRCIO MATOS, depoimento ao autor, 2018).

Viviane Marcelina, 28 anos, foi estudante no ano de 2009, Chegou ao Orobú por influência de sua irmã que fora aluna no ano anterior. Ingressou na UNEB no ano de 2010 para cursar Letras e quando estava na metade do curso retornou como docente. Por dois anos foi professora de literatura de onde guarda suas melhores lembranças como educadora. Viviane relata com muito carinho e gratidão por tudo que vivenciou no curso.

A trajetória no Quilombo foi, sem dúvidas, uma das melhores experiências da minha vida. Ocupar o lugar apenas como estudante não foi o suficiente para meu crescimento como pessoa, como profissional, o melhor ainda estava pra acontecer. A oportunidade em colaborar como professora surgiu e isso foi um fator primordial para que aquela estudante que entrou apenas com um objetivo começasse a construir um novo caminho de aprendizagem, conhecimento e reconhecimento pelo que os professores e amigos fizeram por mim durante a caminhada. (VIVIANE MARCELINA, depoimento ao autor, 2018)

Jailton Aleluia, 43 anos, é professor do Quilombo, chegou em 2001, ou seja, está como docente desde o segundo ano de funcionamento do curso. Jailton é formado em História pela UCSAL – Universidade Católica do Salvador. Nestes 17 anos sua única experiência em sala

de aula foi no pré-vestibular. Durante este tempo trabalhava numa empresa privada na área de recursos humanos. Costuma dizer que doa seu tempo por acreditar na educação promovida neste espaço. Foi militante estudantil, membro de pastoral da juventude e encontrou no Orobu a militância pela educação.

Tomei conhecimento do curso através de alguns amigos que militavam comigo na PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular) que me convidaram para participar como docente voluntário neste projeto. Como profissional foi a única experiência como educador até hoje, visto que atuava noutra área de sobrevivência financeira, em uma empresa particular até ano passado. E durante todo este tempo o fiz de forma voluntária, como doação de um conhecimento além do que a academia sistemática propunha! Formei no segundo semestre de 2000 e no início do ano seguinte já estava com o desafio do Cursinho Pré-Vestibular Quilombo do Orobu! Uma relação de cumplicidade, entrega, doação de conhecimento sobretudo pelo objetivo que é o ingresso de jovens negrxs às universidades públicas. Ao longo dos anos se tornou cada vez mais relevante, pois se firmou como a continuidade de um trabalho prático da militância por uma educação inclusiva que sempre debatíamos nas caminhadas da PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular) e CEB'S, (Comunidades Eclesiais de Base) voltada para jovens que alimentavam um desejo de romper o ciclo de que somente filhos da classe média alta adentravam os espaços acadêmicos das universidades pública e eu estava contribuindo para que esta “ordem” fosse alterada. Tudo que um historiador deseja é a consciência que a história muda, se a consciência se transforma em atitude e cidadania! (JAILTON ALELUIA, depoimento ao autor, 2018).

Art. 2º O Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu tem por finalidade:

1. Contribuir com a preparação de jovens da periferia de Salvador para o ingresso em Instituições de Ensino Superior, com base nos princípios de um estudo solidário, estimulando nos(as) educandos(as) e educadores(as) a visão e valorização da coletividade;
2. Estimular entre seus membros visões críticas e de cunho político-social, para que os mesmos possam posicionar-se diante das desigualdades que cercam a comunidade;

3. Promover, difundir e proporcionar a integração cultural, étnico-racial, de gênero e social entre a instituição, seus membros, outras com as mesmas finalidades e os demais segmentos da sociedade.
4. Promover o desenvolvimento intelectual de seus associados, através da aplicação de conhecimentos teóricos e práticos relativos à área de formação do(a) educando(a);
5. Possibilitar ao(a) educando(a)/ educador(a) uma visão futura de certeza de concretização dos seus anseios, estimulando sua autoestima, desenvolvendo as mais variadas atividades, para que possam voltar e contribuir de qualquer forma com a entidade, valorizando a prática do ensino voluntário;
6. Desenvolver a prática de tomada de decisões de forma colegiada, democrática e participativa.

No contato inicial com os futuros estudantes do curso, dia do acolhimento, o Quilombo “mostra sua cara”. Apresentamos a história do curso e qual é a nossa visão de educação. Usando também a ludicidade, explicamos o que é um quilombo educacional e porque nos encaixamos nessa categoria. Isso fica evidenciado pela fala de Licia:

Eu queria ampliar meu conhecimento e quando cheguei aqui foi a oportunidade, porque são muitos professores com a cabeça aberta, casou o que eu queria, minha expectativa, pra mim foi perfeito. A maneira como é conduzido é perfeita, não reprime ninguém, tá sempre aberto...é o que todo mundo espera, chegar num espaço e ser acolhido, no quilombo é assim desde o primeiro dia com as poesias, a história do curso, a forma como nos recebem. (LICIA RODRIGUES, depoimento ao autor, 2018)

Neste momento do acolhimento entre música e poesia, contamos a história e a origem do nome. Além disso, apresentamos depoimentos de estudantes que ingressaram na universidade, mostrando o exemplo que preto, pobre e periférico pode chegar à academia. Buscamos demonstrar que até pouco tempo estávamos sentados ali como os que naquele momento ingressam no projeto.

Dessa forma, buscamos destacar essa proposta de um ensino diferenciado, falando de solidariedade, voluntariado.

7 CONSIDERAÇÕES

O estudo em questão denominado *História e ousadia, resistência na periferia: o caso do Quilombo educacional do Orobu* teve como principal objetivo refletir sobre os processos educativos do curso e seus reflexos na vida dos que participam, e como estes modificam a vida dos sujeitos envolvidos, suas concepções e leitura de mundo.

A pesquisa se desenvolveu tendo como premissa os pressupostos do curso popular, que são os de transformar a vida dos sujeitos participantes, a partir de uma pedagogia baseada na conscientização de raça, gênero e espírito de coletividade.

Trata-se de uma investigação sobre uma experiência concreta, um curso popular inserido num bairro periférico que busca através da educação popular transformar a realidade dos participantes. Sendo assim, optamos pelo estudo de caso como opção metodológica a ser utilizada, pois este analisa um fenômeno concreto no contexto ao qual está inserido.

Diante disto, fez-se necessário abordar e refletir as seguintes categorias: educação, quilombo e periferia. Na abordagem sobre estas são apresentados pontos de vistas de teóricos que dialogam com as mesmas, embora reconhecendo as diversas abordagens possíveis para categorias tão complexas.

Nesta pesquisa a educação é vista como o caminho para a emancipação. O ato educativo que transforma vidas, e que, infelizmente, encontra-se pouco presente na escola. Neste estudo, ressalto a esperança e a resistência fora do espaço educacional formal.

O segmento de cursos denominados quilombos educacionais podem ser vistos como espaços não formais que promovem uma educação transformadora. São projetos que desenvolvem seus trabalhos movidos pela coletividade, característica esta, presente no cotidiano das comunidades onde estes cursos populares atuam.

Atuando no bairro de Cajazeiras há dezoito anos, o curso popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu representa uma perspectiva para a juventude, diferentemente do contexto que insistem em apontar como o único caminho de quem é oriundo destes espaços.

Cajazeiras representa nesta pesquisa as periferias que neste estudo aparecem como locais que, mesmo convivendo com os problemas sociais causados pelo descaso do poder

público, encontram na resistência popular estratégias para sobreviver e superar as dificuldades impostas.

Os quilombos foram, durante décadas, espaços de resistência ao regime que escravizou milhares de negros oriundos do continente africano, bem como seus descendentes diretos. Lugar que representava uma perspectiva de liberdade, uma alternativa ao domínio colonial. É esta história de luta que inspira o movimento dos quilombos educacionais.

Assim como os quilombos históricos, os educacionais lutam por direitos que foram e continuam sendo negados às classes menos abastadas. A partir do trabalho que desenvolvem, contribuem para a inserção dos jovens oriundos das regiões periféricas da cidade na universidade.

No entanto, a maior das contribuições destes quilombos contemporâneos é o trabalho de resgate ancestral e conscientização. A pedagogia de um quilombo é calcada nos princípios da educação popular, não há hierarquização do saber e prioriza-se o sentimento coletivo.

Essa coletividade é exercida todo o tempo no cotidiano destes cursos. Toda a estrutura é mantida pelo voluntariado, docentes, coordenadores, secretários e pessoal de apoio. Estruturas mantidas pelo protagonismo e baseada na autogestão.

Os quilombos educacionais configuram-se como fontes inspiradoras para pesquisa, pela relevância do trabalho desenvolvido. Atuam há mais de vinte anos em Salvador já tendo chegado a Ilha de Itaparica e em cidades do recôncavo como Cachoeira e Santo Amaro.

O resultado deste trabalho já pode ser visto no número considerável de jovens oriundos destes projetos que já ingressaram em diversas universidades, em sua maioria públicas, e hoje retornam para seus lugares de origem no intuito de ajudar outros a ingressar na universidade, num processo de retroalimentação preconizado pelos quilombos.

Nas entrevistas realizadas podemos perceber a retroalimentação concretizada, pois, entre os relatos temos casos de ex estudantes que retornaram para dar sua contribuição como docente, ajudando a continuidade do projeto e como costumamos dizer, carregando os nossos.

Assim é o ser quilombola, assumir o compromisso de ajudar os nossos, caminhar junto. Esse espírito de coletividade preconizado pelo quilombo está presente nas falas de cada um (a) dos entrevistados (as). Demonstrando que o curso popular de pré-vestibular Quilombo do

Orobu tem êxito no que prega como missão, preparando a juventude para os desafios dos processos seletivos com uma formação crítica, cidadã e consciente.

Ao longo do processo de pesquisa são suscitados questionamentos que não são abarcados pela abordagem em questão, ou seja, demonstra que estes dados devidamente analisados e sistematizados podem gerar novas pesquisas.

Como exemplo de dados e questionamentos surgidos durante a pesquisa, cito o alto índice de evasão que acomete não só o Quilombo do Orobu, mas todos os cursos nestes moldes, dado este relativo a realidade dos cursos funcionando na cidade de Salvador.

Concluo este trabalho reafirmando as possibilidades de novos estudos abertos pela abordagem de temas como educação, periferia e resistência, desta forma garantindo o não encerramento desta pesquisa e sim sua continuidade com novos olhares acerca das categorias abordadas. Ressalto que a imersão nesta pesquisa contribuiu concretamente para a minha formação enquanto pesquisador, refletindo sobre um projeto que contribui diretamente para fomentar os sonhos daqueles cuja realidade desumanizadora não deixaria nem mesmo a margem.

Neste processo fui pesquisador sem deixar de me ver como sujeito de pesquisa, pois foram as experiências vivenciadas no Quilombo do Orobu que formaram minha consciência crítica e minha visão de mundo. Assimilar o legado do quilombo é enfrentar as mazelas cotidianas sem perder a utopia, com ousadia e resistência.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e terra, 2010.
- ALMEIDA, Tânia Maria Scofield de Souza, **CAJAZEIRA**. Planejamento, processo de ocupação e contradições: um percurso entre os discursos e as práticas que configuram o território de Cajazeira. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal d Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2005.
- ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez,2013.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018 IPEA E FBSP. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf> Acessado em: 10 de agosto de 2018.
- BACCHETTO, J. G. (2003). **Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BASSEY, M. **Case studyresearch in educational settings**. Londres: Open University Press, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. **Modernidade Líquida**. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 2001. BESSI, Vânia Gisele. GRISCI, Carmem Ligia.
- CNE - Conselho Nacional de Educação 08/2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>> Acessado em: 09 de agosto e 2018.
- CORREIO. Mil Vidas: Cajazeiras lidera ranking de bairros com mais mortes violentas. 04 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mil-vidas-cajazeiras-lidera-ranking-de-bairros-com-mais-mortes-violentas/>> Acessado em: 10 de agosto de 2018.
- DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude**. Belo horizonte. UFMG, 2002.
- FIABANI, Adelmir. **Mito, palhoça e pilão: o quilombo da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão popular, 2005.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artemed, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

Foto com vista aérea de todo o bairro de Cajazeiras/Foto do comercio de Cajazeiras, shopping e grandes lojas de rede.

Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/uv?hl=pt-BR&pb=!1s0x71616d52ff9a701:0xb5a7d85f3c29531c!2m2!2m2!1i80!2i80!3m1!2i20!16m1!6!1b1!2m2!1m1!1e1!2m2!1m1!1e3!2m2!1m1!1e5!2m2!1m1!1e4!2m2!1m1!1e6!3m1!7e115!4s/maps/place/shopping%2Bcajazeiras/@-12.9047347,-38.4000057,3a,75y,217.34h,90t/data%3D*213m4*211e1*213m2*211sYok7qr6nChiczSBpIrAXmw*212e0*214m2*213m1*211s0x71616d52ff9a701:0xb5a7d85f3c29531c!5sshopping+cajazeiras+-+Pesquisa+Google&imagekey=!e2!2sYok7qr6nChiczSBpIrAXmw&sa=X&sqi=2&ved=2ahUKEwibrdGmkZHeAhUH3Y8KHSpyDNoQpx8wDnoECAoQDg> Acessado em: 10 de agosto de 2018.

Foto do comércio de rua em Cajazeiras

Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/uv?hl=pt-BR&pb=!1s0x716112ee8de9c41:0x7a6c7b2180bf0d69!2m2!2m2!1i80!2i80!3m1!2i20!16m1!6!1b1!2m2!1m1!1e1!2m2!1m1!1e3!2m2!1m1!1e5!2m2!1m1!1e4!2m2!1m1!1e6!3m1!7e115!4s/maps/place/rotula%2Bda%2Bfeirinha%2Bcajazeiras/@-12.8994837,-38.4078898,3a,75y,343.55h,90t/data%3D*213m4*211e1*213m2*211sa7UGTr5trcdGjGtPdDlftA*212e0*214m2*213m1*211s0x716112ee8de9c41:0x7a6c7b2180bf0d69!5srotula+da+feirinha+cajazeiras+-+Pesquisa+Google&imagekey=!e2!2sa7UGTr5trcdGjGtPdDlftA&sa=X&ved=2ahUKEwjv9ydlZHeAhWITJAKHSJNCqIQpx8wF3oECAoQDg> Acessado em: 10 de agosto de 2018.

Foto da fachada da ONG Casa do Sol que sedia o Quilombo do Orobu.

Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/uv?hl=pt-BR&pb=!1s0x716113d4450d10d:0x4648294e3fcb5e95!2m2!2m2!1i80!2i80!3m1!2i20!16m1!6!1b1!2m2!1m1!1e1!2m2!1m1!1e3!2m2!1m1!1e5!2m2!1m1!1e4!2m2!1m1!1e6!3m1!7e115!4s/maps/place/casa%2Bdo%2Bsol%2Bpadre%2Bluis%2Blintner%2Bcajazeiras/@-12.8929788,-38.4210755,3a,75y,113.64h,90t/data%3D*213m4*211e1*213m2*211sVYckJmoMIb95zxhv5dp8hw*212e0*214m2*213m1*211s0x716113d4450d10d:0x4648294e3fcb5e95!5scasa+do+sol+padre+luis+lintner+cajazeiras+-+Pesquisa+Google&imagekey=!e2!2sVYckJmoMIb95zxhv5dp8hw&sa=X&ved=2ahUKEwin9rK-lZHeAhXJhpAKHZnvAIwQpx8wCnoECAoQCQ> acessado em: 10 de agosto de 2018.

Foto do símbolo do Curso Quilombo do Orobu, construção coletiva

Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=110483062416415&set=a.109916692473052&type=3&theater>> Acessado em: 10 de agosto de 2018.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

_____. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**, Investigar em Educação - II^a Série, Número 1, 2014.

Guia de orientações para Pontos de Cultura da Bahia dá dicas para prestação de contas. 21 DE MARÇO DE 2016. **INCUBADORA CULTURA VIVA**. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/incubadoraculturalfurg/2016/03/21/guia-de-orientacoes-para-pontos-de-cultura-da-bahia-da-dicas-para-prestacao-de-contas/>> Acessado em: 09 de agosto de 2018

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JOÃO CÂNDIDO. **Projeto memória**, 2008.

<<http://www.projetomemoria.art.br/JoaoCandido/saibamais3.html>>Acessado em: 05 de dezembro de 2018.

MATOS, Aécio Gomes de. **Organização social de base**: reflexões sobre significados e métodos. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2003.

MELO, Joyce. Sarau da Onça: Um arrastão de informação. **Correio Nagô**. S/D Disponível em: <<https://correionago.com.br/portal/sarau-da-onca-um-arrastao-de-informacao/>>Acessado em: 09 de agosto de 2018.

MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 50 maio-ago. 2012

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Sociologia do negro brasileiro e os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Estratégias e Políticas de combate à discriminação racial**. Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

NASCIMENTO, Antônio Dias. Revista da FAEEBA – **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 19, n. 34, p. 23-37, jul./dez. 2010.

Peruzzo, Cicilia M. Krohling. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. Pensamento Comunicacional Latino-Americano, São Bernardo do Campo, Umesp/Cátedra Unesco, n. 1, out.-dez. 2002.

PASSOS, Walter de Oliveira. Bahia: **Terra de Quilombos**. Salvador-Ba. 1. ed. 1996.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo (28): 14-39. Dezembro/fevereiro 95/96.

RODRIGUES, Gilmar dos Santos. **QUILOMBO DO OROBU**: Experiência de Organização Popular, Formação Política e Mobilização Social promovida pela Juventude Negra na Periferia de Salvador – BA, 2008. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de

Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Cáritas brasileira.

REVISTA DA ABPN. Dossiê Temático "**Educação para a diversidade**: a lei 10.639/03, avanços e recuos"v. 5 n. 11 (2013), | Jul - Out 2013 disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/issue/view/10>> Acessado em: 07 de agosto de 2018.

REVISTA FÓRUM. **Dez Anos de Cotas nas Universidades**: O Que Mudou? Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/digital/138/sistema-de-cotas-completa-dez-anos-nas-universidades-brasileiras/>> Acessado em: 07 de agosto de 2018.

SANTANA, Carlos Eduardo Carvalho de. (2005). **Processos educativos na formação de uma identidade em comunidades remanescentes de quilombos**: Um estudo sobre as comunidades de Barra / Bananal e Riacho das Pedras, no município de Rio de Contas-Ba. (Dissertação de Mestrado), Universidade do Estado da Bahia, Bahia.

SANTOS, Cínthia Maria Seibert. **Casa do Sol**: entre sombra e luz. Uma proposta de educação em Cajazeiras. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2008.

SERPA, Ângelo. (Org.). **Fala periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano / Salvador: UFBA, 2001. 318 p. il. (Série UFBA em campo; Estudos).

Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 99/2017, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 3 ed. Porto Alegre: Bookman 2004.

ANEXOS

ESTATUTO DO CURSO POPULAR DE PRÉ-VESTIBULAR QUILOMBO DO OROBU

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, FORO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO.

Art. 1º O **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu** é uma associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade Jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira. Tem prazo de duração indeterminado, sede e foro na cidade de Salvador, no Estado da Bahia e reger-se-á pelo presente Estatuto e por atos que forem baixados pelas instâncias competentes.

Art. 2º O **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu** tem por finalidade:

1. Contribuir com a preparação de jovens da periferia de Salvador para o ingresso em Instituições de Ensino Superior, com base nos princípios de um estudo solidário, estimulando nos(as) educandos(as) e educadores(as) a visão e valorização da coletividade;
2. Estimular entre seus membros visões críticas e de cunho político-social, para que os mesmos possam posicionar-se diante das desigualdades que cercam a comunidade;
3. Promover, difundir e proporcionar a integração cultural, étnico-racial, de gênero e social entre a instituição, seus membros, outras com as mesmas finalidades e os demais segmentos da sociedade.
4. Promover o desenvolvimento intelectual de seus associados, através da aplicação de conhecimentos teóricos e práticos relativos à área de formação do(a) educando(a);
5. Possibilitar ao(a) educando(a)/ educador(a) uma visão futura de certeza de concretização dos seus anseios, estimulando sua autoestima, desenvolvendo as mais variadas atividades, para que possam voltar e contribuir de qualquer forma com a entidade, valorizando a prática do ensino voluntário;
6. Desenvolver a prática de tomada de decisões de forma colegiada, democrática e

participativa.

CAPÍTULO II - QUADRO SOCIAL, DIREITOS E DEVERES.

Art. 3º Os Membros do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu** serão enquadrados em 3 (três) categorias:

1. MEMBROS EFETIVOS – Pessoas que participaram da fundação do projeto, desde as suas primeiras reuniões, ou que, ao longo de sua trajetória firmaram-se enquanto membros, sendo composição do Conselho Deliberativo e, estando ainda, em plena consonância com o art. 4º e 7º deste Estatuto;
2. MEMBROS HONORÁRIOS - Toda pessoa física ou jurídica, sociedade, associações e órgãos públicos que, interessados na integração da sociedade em geral e na difusão de atividades desenvolvidas pelo **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu**, contribua com aportes financeiros e de outra natureza para a condução de suas atividades e consecução de suas finalidades;
3. MEMBROS ASSOCIADOS – Pessoas que estejam participando do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu** (coordenadores, representantes dos corpos discente e docente, membros do corpo docente e discente, entre outros), atuando diretamente em projetos e que estejam em dia com suas obrigações junto à instituição.

§ 1º No caso do corpo discente, serão considerados Membros Associados aqueles que tenham submetido-se a aprovação no processo seletivo inicial e que tenham comparecimento regular ao curso de 75% das aulas;

§ 2º No caso do corpo docente, serão considerados Membros Associados aqueles que tenham submetido-se a: assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Voluntários, ao conhecimento da Carta de Princípios do curso e a aprovação do Conselho Deliberativo;

§ 3º Qualquer outra pessoa pode associar-se ao projeto, desde que faça menção oral e/ou escrita de desejo à Coordenação Executiva e ao Conselho Deliberativo, devendo comprometer-se através do Contrato de Prestação de Serviços Voluntários.

Art. 4º São direitos dos Membros Efetivos:

1. Compor e votar nas reuniões do Conselho;
2. Solicitar, a qualquer tempo, informações relativas às atividades do **Curso**

Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobú;

3. Utilizar todos os serviços colocados à disposição pelo **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobú;**

4. Candidatar-se a uma vaga e serem eleitos para execução de projetos, diretorias, comissões, ou conselhos;

5. Requerer a convocação da Assembleia Geral, na forma prevista neste estatuto.

Art. 5º São direitos dos Membros Honorários:

1. Comparecer nas reuniões com direito devoto;

2. Ter acesso à execução orçamentária/ financeira do Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobú a qualquer tempo, respeitando os prazos colocados pelas instâncias competentes;

3. Participar, a qualquer tempo, na execução de projetos ou na sugestão dos mesmos.

Art. 6º São direitos dos Membros Associados:

1. Comparecer nas reuniões com direito devoto;

2. Ter acesso a execução orçamentária/ financeira do Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobú a qualquer tempo, respeitando os prazos colocados pelas instâncias competentes;

3. Participar, a qualquer tempo, na execução de projetos ou na sugestão dos mesmos.

Art. 7º São deveres de todos os Membros do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobú:**

1. Respeitar o Estatuto bem como as deliberações do Conselho Deliberativo, da Coordenação Executiva e das Comissões;

2. Exercer diligentemente os cargos para os quais tenham assumido;

3. Zelar pelo bom nome da instituição, procurando difundir-la;

4. Participar das reuniões, inclusive quando as mesmas forem convocadas por segmento diversificado.

Art.8º Perde-se a condição de membro do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu**:

1. Pela renúncia;
2. Pelo abandono;
3. Pela morte;
4. Por decisão de 2/3 (dois terços) dos Membros do Conselho Deliberativo, fundada violação de quaisquer das disposições do presente Estatuto;

Art. 9º Os Membros Honorários poderão ser desligados do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu** por decisão de 2/3 (dois terços) dos Membros do Conselho Deliberativo e/ou da Assembleia Geral, no caso de conduta insatisfatória ou por falência da pessoa jurídica.

CAPÍTULO III – PATRIMÔNIO

Art. 10º O patrimônio do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu** será composto:

1. Pelas contribuições regulares dos Membros Associados, a serem fixadas pelo Conselho Deliberativo;
2. Pelas contribuições dos Membros Honorários;
3. Pelo produto das contribuições recebidas por atividades desenvolvidas;
4. Pelas contribuições voluntárias e doações recebidas;
5. Por todo e qualquer bem adquirido através dos recursos do projeto;

Art. 11 Em caso de extinção do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu**, o seu patrimônio será totalmente destinado aos Membros Efetivos, que resolverão o que fazer com o mesmo.

CAPÍTULO V – ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS:

Art. 12 Os órgãos administrativos do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu** são:

1. Conselho Deliberativo;
2. Conselho Fiscal;
3. Coordenação Executiva;
4. Comissões.

Seção I – Do Conselho Deliberativo:

Art. 13 O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão soberano do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu** composto por:

- a. Membros Efetivos;
- b. Membros Honorários;
- c. Coordenação Executiva;
- d. Representante do corpo discente;
- e. Representante do corpo docente;
- f. Qualquer Membro Associado.

§ 1º Todo e qualquer Membro Associado pode tornar-se membro do Conselho Deliberativo, mediante apenas:

1. participação mínima de 2/3 (dois terços) das reuniões até então realizadas.
2. manifestação oral e/ou escrita em reunião do órgão, devendo constar em Ata.

§ 2º Os representantes dos corpos discente e docente serão escolhidos através de eleição direta, em encontro por segmento, sendo eleito aquele que obtiver maioria absoluta dos votos.

Art. 24 As reuniões do Conselho Deliberativo somente serão instaladas com a presença de 2/3 (dois terços) de seus Membros, e as decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes, observadas as exceções estabelecidas no presente Estatuto.

Parágrafo único: Se na hora marcada para a reunião não houver “quorum” para sua instalação, esta instalar-se-á com pelo menos 2/3 (um terço) do número dos Membros Efetivos presentes, decorridos no mínimo, 30 (trinta) minutos da hora prevista para a sua instalação, sendo válidas as decisões que por ela se venham a adotar; não havendo “quorum” suficiente para a primeira prorrogação, esta instalar-se-á com qualquer número de Membros Efetivos, após 30 (trinta) minutos da hora prevista para a instalação da primeiraprorrogação.

Art. 14 O Conselho Deliberativo reunir-se-á, pelo menos, 1 (uma) vez a cada mês civil, mediante convocação de qualquer de seus membros, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sendo recomendado a confecção de um calendário programático.

Parágrafo único: As reuniões do Conselho Deliberativo poderão ser ainda convocadas a requerimento por qualquer de seus Membros, a requerimento da Coordenação Executiva ou ainda, a requerimento de qualquer Membro Associado.

Art. 15 Compete ao Conselho Deliberativo:

Examinar, fiscalizar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras, relatórios de atividades e orçamentos do exercício apresentados pela Coordenação Executiva, previamente a aprovação pelo ConselhoFiscal;

Manifestar-se sobre propostas e materiais que lhe sejam submetidos pela CoordenaçãoExecutiva;

Estabelecer as diretrizes fundamentais do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo doOrobu;**

Aprovar a admissão, bem como a perda da condição de Membro Efetivo, Associado e/ou Honorário do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu**em caso de violação das disposições do presente estatuto;

Deliberar sobre casos omissos neste estatuto, por solicitação encaminhada pela Coordenação Executiva ou qualquer Membro Efetivo, Associado e/ouHonorário;

Fixar as taxas das contribuições regulares a serem recebidas do corpo discente e a serem dadas ao corpodocente;

Servir a Coordenação Executiva e Comissões como órgão de apoio e consulta a qualquer tempo, mediante negociação econsenso;

1. Votar, e caso a maioria aprovar, empossar novo membro do Conselho Deliberativo, seguindo o § 1º do Art. 23, seção I, caput V deste Estatuto.

Art. 16 O Conselho Deliberativo será presidido e secretariado por qualquer um de seus membros, eleito pelos demais;

§ 1º Ao(A) presidente compete às seguintes funções:

- I - presidir as reuniões, submetendo aos presentes à pauta dos assuntos, e eventuais alterações;
- II - orientar os trabalhos, mantendo em ordem os debates, bem como solucionar questões de ordem suscitadas nas reuniões;
- III - apurar as votações e proclamar os resultados;
- IV - encaminhar, a quem de direito, as deliberações da reunião;

§ 2º Ao Secretário(a) compete às seguintes funções:

- I – lavrar a Ata da reunião;
 - II – realizar a leitura da Ata da reunião anterior, bem como prove-la aos Conselheiros para assinatura da mesma;
- Seção III – Do Conselho Fiscal:

Art. 17 O Conselho Fiscal é um órgão consultivo e deliberativo do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobú**, composto por 03 (três) pessoas escolhidas pelo Conselho Deliberativo, sendo que é exigida a condição de que o(a) conselheiro(a) fiscal já seja Membro Efetivo do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobú**.

Art. 18 Compete ao Conselho Fiscal:

- I) Examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras e orçamento do exercício apresentado pela Coordenação Executiva;
- II) Manifestar-se sobre propostas, opiniões, sugestões, conselhos e matérias que lhe sejam submetidas pela Coordenação Executiva;
- III) Responder e encaminhar as matérias postas pelo Conselho Deliberativo.
- IV) Apoiar e executar a política orçamentária elaborada pelo Conselho Deliberativo,

assim como auxiliar a Coordenação Executiva nestas tarefas;

V) Conferir, a qualquer momento, o saldo do numerário existente em caixa;

VI) Convocar o Conselho Deliberativo a qualquer tempo quando houver infrações graves.

Art. 19 O presidente do Conselho Fiscal será escolhido pelos próprios membros que o integram.

§ 1º Ao presidente compete às seguintes funções:

- I - convocar e presidir as reuniões, submetendo aos conselheiros a pauta dos assuntos, nos termos deste Regimento, e eventuais alterações;
- II - orientar os trabalhos, mantendo em ordem os debates, bem como solucionar questões de ordem suscitadas nas reuniões;
- III - apurar as votações e proclamar os resultados;
- IV - encaminhar, a quem de direito, as deliberações do Conselho;
- V - representar a instituição quando os assuntos competirem à organização administrativo-financeiro, juntamente com a Coordenação Executiva e com o consentimento do Conselho Deliberativo.

Art. 20 A cada membro do Conselho compete:

- I - comparecer às reuniões do colegiado e, na hipótese de encontrar-se impedido do comparecimento às reuniões, informar ao presidente, no prazo mínimo de 5(cinco) dias da realização da reunião;
- II - emitir pareceres sobre as matérias que lhe forem submetidas para exame;
- III - tomar parte nas discussões e votações, pedindo vistas da matéria, se julgar necessário, durante a discussão e antes da votação;
- IV - apresentar declaração de voto, escrita ou oral, ou, se preferir, registrar sua divergência ou ressalva, quando for o caso;
- V - solicitar aos órgãos da administração esclarecimentos ou informações, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais, desde que relacionados à sua função fiscalizadora;

Parágrafo Único: Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a

quaisquer livros, contas, documentos e a quaisquer informações que lhes digam respeito para o cumprimento de suas atribuições.

Art. 21 As reuniões do Conselho Fiscal serão instauradas com a presença da maioria absoluta de seus membros e os pareceres serão dados através da maioria de votos dos membros presentes.

Parágrafo Único: O Conselho Fiscal reunir-se-á pelo menos 01 (uma) vez durante o mês, mediante convocação de, no mínimo, 2/3 de seus membros, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Seção IV – Da Coordenação Executiva:

Art. 22 A Coordenação Executiva administrará e representará o **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu**, de forma que assegure a consecução de seus objetivos, observando e fazendo observar o presente Estatuto e as deliberações do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

Art. 23 A Coordenação Executiva será composta por 7 (Sete) Membros, para gestão de 1 (um) ano, conforme disposto no Artigo 4º deste estatuto;

Art. 24 A Coordenação Executiva será composta de 3 (três) Membros do Conselho Deliberativo e 04 Membros Associados, subdividindo-se em:

- a. Iº Coordenador (a) Pedagógico(a);
- b. IIº Coordenador (a) Pedagógico(a);
- c. Iº Coordenador (a) Financeiro(a);
- d. IIº Coordenador (a) Financeiro(a);
- e. Iº Coordenador (a) de Relações com o corpo discente;
- f. IIº Coordenador (a) de Relações com o corpo discente;
- g. Iº Coordenador (a) de Relações Institucionais.

§ 1º As funções de cada Coordenação serão definidas pelo regimento interno

elaborado na primeira gestão e podendo ser modificado pelas gestões seguintes com aprovação de 2/3 do Conselho Deliberativo;

§ 2º As Coordenações podem vir a ser ocupadas pelos próprios discentes, sendo estes indicados e aprovados por 2/3 (dois terços) do Conselho Deliberativo.

Art. 25 Compete a Coordenação Executiva:

1. Executar e participar das deliberações do Conselho Deliberativo;
2. Receber e administrar as contribuições regulares dos Membros Associados, bem como sua periodicidade e encaminhá-las ao Conselho Fiscal para aprovação;
3. Elaborar as demonstrações financeiras, relatórios de atividades e orçamento anual, apresentando-os ao Conselho Fiscal para exame e emissão de parecer, e posteriormente ao Conselho Deliberativo;
4. Requerer e providenciar todas as formalidades necessárias à obtenção de imunidades e isenções fiscais, sob a autorização do Conselho Deliberativo;
5. Realizar a gestão pedagógica, assim como na execução do calendário pedagógico construído pela instituição, apresentando-os posteriormente ao Conselho Deliberativo;
6. Zelar pelo bom relacionamento entre o corpo discente, incentivando a prática do estudo solidário;
7. Agir com isonomia e transparência a frente de seus atos;
8. Indicar os substitutos de Coordenadores no caso de impedimentos temporários dos mesmos, sendo que, em qualquer caso, a substituição não poderá ser superior a 30 (trinta) dias. Caso ocorra esta hipótese, deverão acontecer indicações permanentes para a vacância, sendo esta responsabilidade do Conselho Deliberativo.

Seção V – Das Comissões:

Art. 26 Às Comissões caberá os poderes de auxílio à Coordenação Executiva nas atividades do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobue** colaboração na consecução de seus objetivos, observando e fazendo observar o presente Estatuto e as deliberações do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

Art. 27 As Comissões serão instaladas pelo Conselho Deliberativo, tendo seu número de comissionados estabelecidos com no mínimo 03 (três) Membros Associados e/ou

Efetivos, sendo cada um destes responsáveis pelas atividades do grupo.

Art. 28 Compete às Comissões:

1. Encaminhar, sempre que necessário a Coordenação Executiva, assuntos que considerem pertinentes e passíveis de ampla discussão;
2. Receber e organizar pedidos de projetos e encaminhar para aprovação da Coordenação Executiva e/ou do Conselho Deliberativo;
3. Indicar os substitutos de Comissionados no caso de impedimentos temporários dos mesmos, sendo que em qualquer caso a substituição não poderá ser superior a 30 (trinta) dias. Caso ocorra esta hipótese, deverão ocorrer eleições para a vacância.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 O exercício social coincidirá com o ano civil.

Art. 30 Os resultados financeiros do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu**, que verificarem ao final de cada exercício social, serão compulsoriamente reinvestidos nas atividades por ele conduzidas.

Art. 31 Os Membros Associados do **Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu** não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 32 O presente Estatuto poderá ser modificado, a qualquer tempo, em reunião do Conselho Deliberativo, pelo voto afirmativo da maioria absoluta dos Membros do mesmo.

Art. 33 A posse dos Membros do Conselho Fiscal, das Comissões e da Coordenação Executiva será imediatamente ao término do mandato da gestão anterior.

Art. 34 Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação, revogada disposições contrárias.

REGIMENTO INTERNO E TERMO DE COMPROMISSO

I – DA DENOMINAÇÃO E ORIGEM

1 – O Curso Popular de pré-vestibular denominado **Quilombo do Orobu** é uma iniciativa de jovens da PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular), que tem como finalidade contribuir para o resgate da cidadania de jovens da periferia de Salvador, além de prepará-los (as) para ingressarem nas Instituições de Ensino Superior. Trata-se de jovens sem ou com poucos recursos econômicos. Funciona em regime de auto-gestão com o apoio de um Conselho Executivo. O nome resgata a antiga história da região, onde negros e negras no período colonial, não aceitando a condição de escravizados, refugiaram-se e construíram o Quilombo do Orobu, espaço de resistência, liberdade e solidariedade.

II – DO CORPO DISCENTE

2 – O corpo discente do Curso Popular de pré-vestibular Quilombo do Orobu será formado por jovens que tenham sido aprovados(as) no processo seletivo inicial.

3 – Os princípios que norteiam as relações do corpo discente com o restante da Instituição estão contidos na Carta de Princípios e no Estatuto do projeto.

4 - O (a) estudante só poderá ter no máximo 30% de faltas de aulas no mês. Ultrapassando este limite, haverá o desligamento imediato deste aluno.

5 – O Curso Popular tem um programa de formação para a Cidadania e Consciência Negra (CCN) que é paralelo ao programa de aulas. A ausência às atividades desse programa implicará na mesma penalidade do item 4.

6 – Em caso de ausência, o estudante deverá apresentar justificativa à Coordenação Executiva, sendo que, em casos de saúde, cursos ou atividades do gênero etc., deverá ser apresentado um comprovante.

7 – Será indispensável diariamente e a cada aula, responder a chamada, já que isto servirá como prova documental de sua assiduidade.

8 – Não será permitida a permanência fora da sala de aula durante a presença do professor, monitor ou atividade substituta.

9 – Não será permitida a presença de convidados de alunos, nem em sala de aula, nem nas dependências do prédio.

III – DO ESPÍRITO COOPERATIVO

10 – Será punido com advertência ou expulsão o (a) estudante que desrespeitar colegas, professores (as), visitante ou qualquer membro do Conselho e Coordenação Executiva, ou ainda mostrar repetição no descumprimento dos itens expostos neste Regimento, cabendo ao Conselho Executivo, segundo análise do caso, determinar a providência a ser tomada.

11 – O item 10 (dez) será aplicado também a quem for autor (a) de brincadeiras de inibição, repreensão ou de menosprezo às perguntas, colocações ou posturas de qualquer ente em sala de aula.

12 – Após o final do período letivo, uma vez sendo aprovado (a), o (a) estudante será estimulado a colaborar para que o curso tenha continuidade e também ele/ela mesmo (a) deverá buscar maneiras para desenvolver os benefícios recebidos junto à comunidade.

IV – DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

13 - O (a) estudante deverá zelar pelos bens móveis e imóveis, bem pela conservação e limpeza do ambiente (sala, corredor, bebedouro, banheiros etc.), restituindo a parte concedente qualquer dano causado.

V – DA CONTRIBUIÇÃO

14 – A contribuição mensal corresponde à cerca de 7,0%do salário mínimo vigente, arredondado para o valor de R\$ 50,00.

15 – O Curso Popular não tem fins lucrativos e paga suas contas exclusivamente com os recursos arrecadados das contribuições dos participantes e de convênios com instituições governamentais e não-governamentais. Para tanto, é fundamental que sejam efetuados em dia especificado de 25 (vinte e cinco) a 05 (cinco) de cada mês. O pagamento em atraso não sofrerá acréscimo de juros.

16 – Caso a contribuição mensal dos participantes não for suficiente para arcar com todas as despesas do Curso Popular, o Conselho Deliberativo e a Coordenação Executiva, em conjunto e com simples maioria de votos, decidirá sobre uma solução apropriada. As mesmas instâncias decidirão sobre o destino do dinheiro que sobrar no caixa ao término do período letivo em questão. Basta que seja congênere a sua finalidade.

Declaro ter lido e aceitado todos os itens deste Regimento/ Termo de Compromisso, assumindo todas as responsabilidades em caso de agir de forma contrária aos mesmos.

Salvador, _____ de _____ de _____

PRINCÍPIOS BÁSICOS DE UM ESTUDO SOLIDÁRIO

EM RELAÇÃO AO OUTRO:

- Não inibir os colegas com brincadeiras por ele ter tido a coragem de fazer uma pergunta;
- Não antecipar assuntos que não estão sendo discutidos ainda, só por que tive ou tenho tempo de estudar mais que os outros ou por já saber do assunto e egoisticamente não me sensibilizar que o outro nunca teve oportunidade de ver tal assunto;
- Não buscar fazer perguntas para intimidar o professor, se percebo que o professor não tem segurança do assunto;
- O monitor estar para dinamizar o estudo em grupo. Não ter expectativa que o monitor deve dar aulas e não desrespeitar a sua presença e boa vontade;
- A coordenação tem tarefas a cumprir que depende da sua colaboração, entender as determinações com compreensão. Qualquer discordância, explicitar com respeito à coordenação e se não resolvido encaminhar pelo representante da classe ao conselho;

EM RELAÇÃO AO COMPORTAMENTO:

- Ao chegar atrasado, entrar em silêncio. Dar boa noite quebra a aula e o raciocínio dos outros. Melhor entrar em silêncio e se achar por bem desculpe-se com o professor no final;
- Ao sair antes, sair o mais discretamente possível. Dar explicações não é muito adequado, às vezes o outro que está na sala pode ter um motivo mais forte para sair. Este pode sentir-se desrespeitado ou se sentir estimulado também para ir embora;
- As conversas paralelas devem ser evitadas, atrapalham e tornam o ambiente da aula um verdadeiro inferno. O ideal é que todas as dúvidas e idéias sejam colocadas no grupão. Assim todos ficam enriquecidos;
- Estudar em grupo será a grande chave do sucesso do nosso cursinho, não fazer muxoxo quando é proposto um trabalho de grupo;

EM RELAÇÃO AO ESPAÇO:

- Pensar que tudo que estamos usando pertence à coletividade, por isto não tenho direito de dispor como se fosse meu, devo manter em perfeito estado e limpo para que outros também possam usar;
- Os velhos papeizinhos de queimado e de caderno devem ir para o lixo. Sejam os vigias nossos e dos outros, assim podemos ajudar para que o ambiente seja mais bonito e mais saudável;
- Não é bom que convidemos pessoas de nossa relação pessoal para vir nos encontrar no espaço do cursinho. Isso pode atrapalhar o seu estudo e o estudo dos outros;